

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi critica atual idade mínima de aposentadoria para as mulheres 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Ministérios ligados à economia vão de 9 para 17; partidos dominam 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Esplanada terá recorde de mulheres em Ministério 8

VALOR ONLINE - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp mira FIIs e ativos no exterior em diversificação 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dez mudanças esperadas na economia já em 2023 com o governo Lula 11

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC já acabou com o teto de gastos, diz líder do governo 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsa sobe em 2022, mas perde da inflação 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Morte de Pelé transcende fronteiras do esporte e mundo entra em luto 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Uma nova visão do governo que assume - CLAUDIA SAFATLE 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Repasses a municípios sobem 26% 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Base governista é 43% da Câmara 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tucanos entregam Estado com sobra de caixa 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novas regras evitarão dupla tributação de multinacionais 32

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresas vão à Justiça contra corte de benefício fiscal 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Saldo de Bolsonaro para o agro foi negativo, diz Fávaro 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Rendimento da poupança é o menor da renda fixa em 2022..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Tebet mira revisão do Orçamento e reforça ter mesmo "DNA" de Haddad..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com rendimento de 4,69%, Ibovespa fica atrás até da poupança em 2022..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Indicadores de confiança devem oscilar em 2023, projeta FGV Ibre..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cenário fiscal difícil sugere atividade mais contida em 2023..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Com 37 pastas, Ministério fica sem empresários..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa oscila e tem pouco avanço em 2022..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar perde força no mercado global de câmbio..... 55

Lupi critica atual idade mínima de aposentadoria para as mulheres

Danielle Brant, Idiana Tomazelli e Julia Chaib Brasília

O futuro ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), criticou pontos da reforma da Previdência formulada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) e aprovada pelo Congresso em 2019. Ele afirma que quer discutir o tema com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Lupi, que é presidente do PDT, pondera não ter estudado o tema com profundidade, mas avalia haver "absurdos" na reforma aprovada, sobretudo no que diz respeito à idade mínima para mulheres se aposentarem. Ele defende uma flexibilização conforme a região do país.

"Tem que ter 60 anos de idade [para se aposentar], por que 60 anos de idade? Eu acho que tem que pensar em regionalizar. A realidade do Nordeste é uma, a realidade do Sudeste é outra", afirmou à Folha.

O futuro chefe da Previdência ainda afirma que foi encarregado de acabar com a fila do **INSS**.

*

O sr. foi nomeado a poucos dias da posse, já tem uma lista de prioridades? A Previdência está sucateada. Estes últimos quatro anos para o trabalhador foram só perdas de direitos. A reforma criou uma série de obstáculos, inclusive invertendo um processo constitucional que diz que o ônus da prova cabe a quem acusa. Então, o trabalhador é que tem que provar que contribuiu com a Previdência, não o empregador.

Isso é algo que pode ser revisto? Na primeira etapa, estamos começando o levantamento, e a primeira missão que o Lula me deu é acabar com a fila da Previdência. E aí, vocês têm que colocar a devida precaução de eu não ter ainda conhecimento - eu não fui ainda nem no ministério, aliás, não tem ainda onde ir porque o ministério foi juntado, dividido.

Tem um projeto de terceirização do atendimento nas agências. Isso poderia ser um caminho? Pode ser. E vou fortalecer. O que a gente puder fazer para melhorar o atendimento é bom. Minha impressão inicial, sem examinar, [é que] um grande pacto federativo resolve isso rapidamente, 80% dos casos.

O sr. falou de uma coisa que poderia ser revista na reforma da Previdência. Tem mais pontos? Não estudei com profundidade ainda esse tema. Vejo alguns absurdos. Continuo achando, por exemplo, um absurdo a questão das mulheres. O trabalho da mulher é dupla jornada, e a Previdência não considera. Só vale o que ela contribui. Se ela tem dupla jornada, ela não pode ter uma tabela de data limitada como tem hoje. Tem que ter 60 anos de idade [para se aposentar], por que 60 anos de idade? Tem que pensar em regionalizar. A realidade do Nordeste é uma, a realidade do Sudeste é outra.

Não seria extinguir a idade mínima, mas flexibilizar conforme a região? Conforme a região. Mas isso é uma coisa que eu ainda não tenho profundidade, tenho que estudar. Acho que hoje as mulheres são sobrecarregadas nesses pontos da Previdência e você tem muita dificuldade de comprovar.

O sr. ainda vai analisar, depois vai bater o martelo com quem? Tem que falar com a Fazenda, com o Planejamento, ver o dinheiro que tem. Isso é governo, não é só o ministro da Previdência. Com o Congresso também. Algumas coisas precisa um novo projeto. Mas já fui deputado. A maior dificuldade que eu vi na minha vida até hoje é deputado votar contra benefício.

Voltando para o tamanho da fila. No período recente, a de requerimento inicial até deu uma caída. Era de 1,6 milhão e passou para 1,3 milhão.

Em outubro parece que baixou de 1 milhão. Não, ela nunca baixou de 1 milhão. Isso é fato, não é fake. Está 1,3 milhão. Tem que somar. Uma coisa é a aposentadoria, [outra é] a pensão, e o BPC é a maior parte porque exige uma série de aferimentos. Sou beneficiário da Previdência, tenho que ter um Cadastro Único? Para quê? Para eu ter direito a desconto na passagem de ônibus, gratuidade na passagem de metrô. Por que eu não crio uma carteira? Vou criar uma carteira nacional dos aposentados.

Seria uma integração do Cadastro Nacional de Informações Sociais com o CadÚnico? Também pode. São 35 milhões de brasileiros que têm algum benefício da **Previdência Social**. Por que isso não fica com um número só?

No governo **Temer**, o sr. gravou um vídeo em que

prometia desmentir a "falácia" do déficit da Previdência. Mesmo com a reforma, os dados ainda apontam um resultado negativo. Qual sua percepção hoje? Não é hoje, é sempre, tem que ter coerência. Primeiro tem que se colocar na arrecadação da Previdência tudo aquilo que por lei é destinado a ser da Previdência. Por que não se coloca na arrecadação da Previdência a parcela dela no PIS, no Cofins?

Mas isso é **seguridade social**, não? É, mas é da Previdência. Previdência e seguridade social, não só a Previdência. Então, temos que colocar na arrecadação da Previdência tudo que a lei diz que é da Previdência, porque só se coloca hoje a arrecadação do **INSS**. Está errado. Eu não tenho os números hoje. Mas os que eu tinha são de que ela era autossuficiente, desde que os recursos destinados constitucionalmente para ela fossem considerados.

Governos anteriores fizeram vários pentes-finos. Essa política vai continuar? Primeiro, tem que dar transparência aos dados da Previdência. Quem tem medo de dar transparência, é quem está escondendo alguma coisa errada. O estado não pode ver o aposentado e pensionista como um peso para o estado.

O sr. falou com o Ciro Gomes? Falei ontem e hoje. Ele falou: "Lupi, o que você for eu topo, agora é servirão Brasil".

Ele acha que o PDT tinha que ter espaço no ministério? Ele

acha que, se convidasse, a gente não podia negar.

O PDT vai ser base do governo? Vai ser base.

O sr. acha que ele deu ministérios demais para partidos como PSD, MDB e União Brasil? Ele precisa ter maioria, precisa ter governabilidade. Se isso viabilizar 100 a 120 votos, mais o que ele já tem...

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

41

Ministérios ligados à economia vão de 9 para 17; partidos dominam

O presidente diplomado Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá 17 ministérios ligados à área econômica, contra 9 no fim do governo de Jair Bolsonaro (PL). Praticamente todos serão comandados por membros de partidos, abrindo caminho para uma influência direta das siglas nas políticas públicas do país.

Além de PT, com 4 ministérios na área, as pastas ligadas ao universo econômico serão lideradas por integrantes de MDB (3), PSD (3), PDT (2), PSB (2) e União Brasil (2).

"No meu governo não há medo de escolher político. Porque sou daqueles que acha que, fora da política, a gente não encontra solução para quase nada neste planeta", disse Lula nesta quinta-feira (29) ao anunciar o restante de seus ministros.

Só o Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes no governo Bolsonaro, será fatiado em quatro pastas: Fazenda, que ficará com Fernando Haddad (PT); Planejamento e Orçamento, com Simone Tebet (MDB); Gestão e Inovação em Serviços Públicos, com Esther Dweck; e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com o vice-presidente diplomado Geraldo Alckmin.

O novo formato gera críticas entre integrantes do atual serviço público federal sobre a eficiência dos trabalhos a partir do ano que vem. Há alertas, por exemplo, de que pode haver o lançamento de programas com efetividade contestada e que devem servir apenas de vitrine para os respectivos ministros -alguns deles, potenciais candidatos à Presidência.

A influência dos partidos já começou em meio às decisões do formato da Esplanada e dos respectivos nomes. Tebet precisou negociar a abrangência de sua pasta em meio a pedidos de Haddad para que o senador eleito Renan Filho (MDB-AL) ocupasse o Planejamento no lugar dela, e líderes do MDB tiveram que influenciar as tratativas.

Tebet buscou uma imagem de pacificação em torno do assunto após ser anunciada, dizendo que "sem dúvida nenhuma" trabalhará em parceria com Fernando Haddad.

Ela foi chamada para uma foto no momento em que foi anunciada, ao lado de Lula, e convidou Haddad para

também compor o retrato. "Já começamos tendo três identidades: somos professores universitários, ele tem parentes no meu estado e são amigos em comum, e [ele] me deu a terceira, somos de origem libanesa. Não tem como dar errado", afirmou.

Tebet aceitou o cargo no Planejamento depois de ser preterida em outras pastas. A senadora queria inicialmente o Ministério da Educação, que acabou ficando com o senador eleito Camilo Santana (PT-CE).

Depois indicou que gostaria de ficar com o Desenvolvimento Social, pasta que controla o Bolsa Família, mas Lula anunciou para o cargo o também senador eleito Wellington Dias (PT-PI).

O senador em fim de mandato Alexandre Silveira (PSD-MG) será o futuro ministro de Minas e Energia, tendo influência em questões-chave - como o papel da Petrobras e a política do país para combustíveis em meio à continuidade da guerra da Ucrânia.

Silveira é secretário-geral do PSD e se empenhou nas eleições presidenciais para barrar a virada de Bolsonaro sobre Lula em Minas Gerais, onde a diferença foi de apenas 49,6 mil votos. Além disso, é aliado próximo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cuja recondução deve ser apoiada pelo governo Lula.

O parlamentar foi relator no Senado da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastança, que amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões no próximo ano e autoriza R\$ 23 bilhões em investimentos fora da regra fiscal

Também nesta quinta, o nome do presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, foi confirmado por Lula na **Previdência Social**. Pouco antes do anúncio, após reunião no hotel onde o presidente eleito está hospedado em Brasília, o pedetista disse que aceitou o convite para compor o primeiro escalão do futuro governo.

O posto inicialmente não era atrativo para o partido, que buscava uma pasta com mais visibilidade. Lupi vinha conversando com o PT para tentar negociar uma pasta que pudesse fortalecer a sigla para as eleições de 2024 e 2026.

Lupi foi ministro do Trabalho e Emprego no primeiro governo Lula e permaneceu no cargo também no governo de Dilma Rousseff (PT), deixando a pasta em dezembro de 2011.

Outro indicado por Lula foi o senador Carlos Fávaro (PSD -MT) para Agricultura e Pecuária -ele foi um dos articuladores da campanha petista junto ao agronegócio. Além dele, o setor vai ter outras duas pastas: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com Paulo Teixeira (PT); e o Ministério da Pesca, com André de Paula (PSD).

Foram escolhidos também o senador Renan Filho (MDB-AL), para Transportes, e Jader Barbalho Filho (MDB-PA), para Cidades -ambos indicados pelos dirigentes emedebistas. Comisso, o partido vai liderar duas pastas com atuação em obras e, portanto, com potencial tanto de visibilidade eleitoral para seus titulares como de negociações políticas com o Congresso por meio, por exemplo, de emendas.

O atual governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), teve o nome indicado para Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Já o ex-governador de São Paulo Márcio França (PSB) foi escolhido para o Portos e Aeroportos. O indicado por Lula para comandar o Trabalho, por sua vez, foi o deputado federal eleito Luiz Marinho (PT-SP).

Nathalia Garcia Danielle Brant Renato Machado Julia Chaib Marianna Holanda Victoria Azevedo Catia Seabra João Gabriel

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

41

Como ficam os ministérios que lidam com temas socioeconômicos

■ Fazenda		Fernando Haddad PT
■ Planejamento e Orçamento		Simone Tebet MDB
■ Gestão		Esther Dweck
■ Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços		Geraldo Alckmin PSB
■ Trabalho		Luiz Marinho PT
■ Previdência		Carlos Lupi PDT
■ Minas e Energia		Alexandre Silveira PSD
■ Transportes		Renan Filho MDB
■ Portos e Aeroportos		Márcio França PSB
■ Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Carlos Fávaro PSD
■ Desenvolvimento Agrário		Paulo Teixeira PT
■ Pesca		André de Paula PSD
■ Comunicações		Juscelino Filho União Brasil
■ Desenvolvimento Social		Wellington Dias PT
■ Cidades		Jader Barbalho Filho MDB
■ Integração e Desenvolvimento Regional		Waldez Góes PDT
■ Turismo		Daniela do Waguinho União Brasil

Esplanada terá recorde de mulheres em Ministério



Lula com futuros ministros: articulações de última hora fizeram presidente chegar com atraso de quase duas horas

Matheus Schuch, Fabio Murakawa, João Valadares, Estevão Taiar e Renan Truffi De Brasília

Após uma semana intensa de mediação de conflitos internos e negociações com o Centrão, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nessa quinta-feira (29) mais 16 ministros, fechando o desenho do primeiro escalão. O arranjo, concluído a três dias da posse, garantiu um recorde de mulheres na Esplanada: serão 11 em um total de 37 ministérios.

Em busca de governabilidade, Lula também distribuiu 9 ministérios entre União Brasil, PSD e MDB. Contudo, o futuro ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a montagem da base "não começa nem termina" com a definição dos ministros e há "outros espaços" a serem distribuídos a possíveis aliados.

Visivelmente cansado, Lula chegou para o anúncio da equipe com quase duas horas de atraso. A maratona de articulações fora encerrada minutos antes, no hotel em que o petista se hospedou e que nas últimas semanas virou o QG da definição do futuro governo.

Hoje, Lula ainda anunciará os presidentes da Caixa, do Banco do Brasil e da Petrobras, informou ontem o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Apesar de não revelar os nomes, Lula antecipou que os bancos serão presididos por mulheres. Além de duas

mulheres para assumir os bancos estatais, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) é o mais cotado para assumir a Petrobras.

A última reunião reservada de Lula sobre a montagem da equipe envolveu o presidente do União, Luciano Bivar, uma hora antes do anúncio.

Alinhado ao senador Davi Alcolumbre, ele emplacou três ministérios: Integração e Desenvolvimento Regional, destinado ao atual governador do Amapá, Waldez Góes; Comunicações, com o deputado federal Juscelino Filho (União Brasil-MA); e Turismo, com a deputada federal Daniela do Waguinho (União-RJ).

O acordo, porém, deixou cicatrizes. Até o início da semana, estavam avançadas as conversas para que Elmar Nascimento (União Brasil-BA) assumisse o Ministério do Desenvolvimento Regional, representando um grupo de 150 deputados ligados ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Nos últimos dias, a cúpula do PT da Bahia, aliada a outros caciques do partido no Nordeste, pressionaram pelo veto a Elmar pois ele fez uma das campanhas mais agressivas contra Lula no Estado.

Circulam nas redes sociais vídeos em que Elmar chama Lula de "ladrão". O veto a Elmar, coloca em terreno sensível a relação de Lula com Lira, que caminha para ser reeleito por mais dois anos na direção da Casa.

O diálogo com o União Brasil foi o mais complexo, porque a ala do partido egressa do DEM faz oposição histórica ao PT e resistiu a fazer parte do governo. Há relatos de que os ânimos se exaltaram em um dos encontros na semana em que Lula recebeu representantes da sigla.

De outro lado, Lula resolveu os impasses com MDB, PSD e PDT. A bancada do MDB da Câmara emplacou o empresário e presidente do MDB do Pará, Jader Filho, para o comando do Ministério das Cidades - ele é irmão do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB), um dos maiores aliados de Lula no partido.

O senador eleito Renan Filho (MDB-AL) foi para o Ministério dos Transportes, representando a bancada

de senadores da legenda. Ele havia sido cotado para o Planejamento, mas a pasta acabou cedida à senadora Simone Tebet(MDB-MS).

Por fim, Lula solucionou a questão do espaço do PSD, que assim como o MDB, ficará com três ministérios. O ex-líder do PSD na Câmara e candidato derrotado ao Senado em Pernambuco, André cie Paula, foi o indicado para a Pesca. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) também foi cotado para o primeiro escalão, mas prevaleceu o ex-líder da bancada, que é mais ligado ao presidente do PSD, Gilberto Kassab.

Além disso, o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) assume o Ministério da Agricultura, enquanto o senador não reeleito Alexandre Silveira (PSD-MG) ficou com Minas e Energia.

A escolha de Silveira contempla o grupo político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que terá o apoio de Lula e do PT para ser reconduzido a um novo mandato na direção da Casa.

Por último, Lula acertou o espaço do PDT, partido do presidenciável Ciro Gomes, que protagonizou algumas das declarações mais duras contra o petista durante a campanha eleitoral. O presidente do PDT, Carlos Lupi, assume a **Previdência Social**.

As discussões com o União ainda mexeram com o espaço previsto para o PT. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, que seria destinado ao deputado gaúcho Edegar Pretto, com apoio do MST, precisou abrigar o deputado Paulo Teixeira (SP), antes previsto para a pasta das Comunicações. A "dívida" de Lula considerou a necessidade de contemplar a "Resistência", corrente interna do PT que tem Teixeira como um dos principais líderes.

Único representante da região Sul na Esplanada, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foi confirmado na Secretaria de Comunicação, que terá status de ministério. O Gabinete de Segurança Institucional ficará com o general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias.

Para rebater as críticas sobre a pequena presença feminina em cargos relevantes, Lula também confirmou a ambientalista e deputada eleita (Rede-SP) Marina Silva na pasta do Meio Ambiente, a atleta olímpica Ana Moser no Ministério dos Esportes, e a líder indígena e deputada eleita Sônia Guajajara (Psol-SP) no novo Ministério dos Povos Indígenas.

Nas últimas semanas, Tebet e Marina sofreram oposição de alas do PT, pensaram em ficar fora do governo, mas cederam após conversas com Lula. "A Simone foi uma companheira extremamente

importante na campanha, uma aliada extraordinária", disse Lula.

Em terceiro lugar na disputa presidencial, a senadora se engajou na campanha petista no segundo turno. Na negociação por espaço na Esplanada, foi preterida no Desenvolvimento Social e depois sofreu resistências do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em uma tentativa de deixar qualquer diferença para trás, ela puxou Haddad para a foto ao lado de Lula no momento em que foi anunciada.

No caso de Marina, o apoio a Lula foi explicitado já no começo da campanha. Ela decidiu superar a briga que travou com o PT na campanha de 2010 e agora voltará ao ministério que lhe deu projeção, no primeiro governo Lula.

Após a definição da Esplanada, Lula disse que os cargos de segundo escalão e outros postos do governo serão discutidos depois da posse. Na formação das equipes, os ministros foram orientados a não terem receio de exaltara política.

(Colaboraram Guilherme Pimenta e Caetano Tonet)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Funpresp mira FIIs e ativos no exterior em diversificação

Por Edna Simão - De Brasília

O fundo de **previdência complementar** dos **servidores públicos**, a Funpresp, vai manter a política de diversificação da carteira em 2023 e passar a investir em fundos imobiliários, além de aumentar a participação em ativos no exterior e em crédito consignado. Também está nos planos da fundação investir em ouro. Atualmente, o patrimônio administrado pelo fundo soma R\$ 6,3 bilhões.

Em entrevista ao Valor, o diretor-presidente da Funpresp, Cristiano Heckert, disse que um cenário econômico mais instável com a mudança na presidência da República é natural, mas a tendência é de acomodação devido ao discurso do governo eleito em defesa da **reforma tributária** e com o estabelecimento de um novo arcabouço fiscal. "As coisas tendem a se acomodar e a economia responder", afirmou Heckert.

Mesmo em um cenário de taxa de juros elevada, com a Selic em 13,75% ao ano, o que torna a aplicação em títulos públicos mais atrativa para os fundos de previdência tanto abertos como fechados, o diretor-presidente da Funpresp ressaltou que o objetivo é diminuir de 79% para 77% a participação dos títulos públicos na carteira, para tornar possível o direcionamento de recursos para outras modalidades como fundos imobiliários, renda fixa no exterior e crédito consignado. É esperada ainda uma diminuição de 8% para 4% dos investimentos em ações.

O plano de investimentos da Funpresp de 2023 a 2027 prevê começar a investir em fundos imobiliários, que teriam uma participação de 3% da carteira até o fim deste ano. No caso de aplicações no exterior, a ideia é subir o percentual de 2,9% neste ano para 4% até o fim de 2023. As operações com crédito consignado devem crescer. Com isso, a participação sairia de 1,2% para 2%.

Segundo Heckert, a Funpresp também passará a investir em ouro por considerar que é um "ótimo produto para fazer hedge quando o mercado está mais estressado". A previsão é que a participação do ouro na carteira do fundo chegue a 1% no fim de 2023.

O diretor-executivo da Funpresp ressaltou que o fundo atingiu a meta de 100 mil participantes (101.163 até o

momento) neste ano. Isso aconteceu devido à quarta reabertura da data para que os **servidores públicos** federais que começaram a trabalhar no governo antes de 2013 pudessem migrar do regime próprio de **Previdência Social** para um outro, como a Funpresp. Esse prazo terminou no dia 30 de novembro.

Somente com a última reabertura, 11.528 servidores dos Poderes Executivo e Legislativo migraram para o Regime de **Previdência Complementar**, o maior número quando comparado com as janelas anteriores. Essa quantidade pode aumentar um pouco mais diante do fato que sindicatos e associações que representam os delegados da Polícia Federal, policiais rodoviários federais, auditores fiscais da **Receita Federal** e do Trabalho e servidores do Banco Central e Legislativo Federal ganharam na Justiça um prazo maior para decidirem sobre migração.

Conforme Heckert, algumas sinalizações do governo como retomada dos concursos públicos e reajustes dos servidores devem sustentar o crescimento orgânico do número de participantes nos próximos anos, já que não há perspectiva de nova reabertura de prazo para migração de servidores no curto prazo. "Só faz sentido uma nova janela [de migração] se houver uma nova reforma da Previdência", frisou.

A Funpresp completa em fevereiro 10 anos de existência. A fundação foi criada com o objetivo de atenuar o elevado déficit do regime de previdência dos **servidores públicos**, dando sustentabilidade ao sistema no longo prazo. Com a medida, trabalhadores que ingressaram no serviço público a partir de 2013 passaram a ter a aposentadoria limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), atualmente de R\$ R\$ 7.087,22. Se quiserem receber um valor maior que esse limite, têm de aderir a uma **previdência complementar**, como a da Funpresp.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/12/30/funpresp-mira-fiis-e-ativos-no-externo-em-diversificacao.ghtml>

Dez mudanças esperadas na economia já em 2023 com o governo Lula

Do UOL, em Brasília

O presidente eleito Lula assume o comando do País na próxima segunda-feira (2) com pelo menos dez importantes mudanças econômicas no cenário, como a reestruturação dos combustíveis, que deve passar pela tentativa de alterar a política de preços da Petrobras, algo que ele e o PT defenderam fortemente durante a campanha.

Além dessas discussões, Lula deve concentrar os primeiros esforços no combate à fome e pelo desenho do financiamento do Bolsa Família e outros programas sociais a partir de 2024. Essa discussão estará inserida no debate sobre o novo marco fiscal, que precisa ser enviado até 31 de agosto ao Congresso.

A intervenção estatal no ambiente de negócios e o aumento da máquina pública serão mudanças sentidas já no início do governo. Lula terá ainda que resolver alguns problemas urgentes, como a situação fiscal dos Estados.

Entre as grandes reformas, retomará a discussão das reformas tributária e administrativa, mas a conclusão desses debates pode ficar para os próximos anos, especialmente da administrativa, que encontra maior resistência no Congresso e dentro do PT.

Ainda falando de **impostos**, a discussão da taxaçoão de lucros e dividendos e reforma do IR devem ser retomadas em 2023.

Veja abaixo a lista com dez mudanças esperadas para 2023:

1. Novo marco fiscal

A emenda constitucional 126, resultado da PEC da Transição, prevê que o presidente encaminhe ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o novo regime fiscal. A discussão do novo marco para substituir o teto de gastos irá, portanto, dominar todo o primeiro ano de governo. O primeiro passo do ministro da Fazenda será uma varredura nas contas públicas.

Dentro do PT e na equipe de transição, estão sendo analisadas várias propostas, ainda sem consenso sobre qual modelo a ser adotado. Os economistas da

transição se debruçaram sobre algumas ideias:

A discussão do marco fiscal tem relação direta com a gestão da dívida pública. Caso seja adotada regra que vincule o aumento de gastos ao crescimento do **PIB** haverá manutenção, e não redução, da relação dívida/**PIB**.

2. Intervenção estatal no ambiente de negócios

A tendência do governo petista é de reduzir o programa de privatizações e parcerias público privadas, e, portanto, a participação privada nos negócios. A agenda de desburocratização e de simplificação do ambiente de negócios, uma marca da gestão Bolsonaro, não deve ser abandonada, mas será menos prioritária, apesar da manutenção dos compromissos com as normas da OCDE, que estimulam reformas favoráveis à iniciativa privada.

A autonomia do BC e a Lei da Liberdade Econômica não devem ser revogadas. Campos Neto ficará à frente do BC até o final de 2024 e em 2023, Lula fará indicações para quatro diretorias: (1) Política Monetária/Dipom, (2) Fiscalização/Difis, (3) Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta /Direc, (4) Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos/Direx.

3. Aumento da máquina pública

Além do aumento no número de ministérios, alguns haviam sido rebaixados a secretarias, Lula deve repor, ao menos em parte, os salários dos servidores em 2023 e ampliar as estruturas governamentais. Em seu relatório final, o governo de transição fala em reorganizar e fortalecer órgãos centrais de coordenação e acompanhamento das ações de governo e reestruturar a administração federal. As mudanças tendem a elevar os custos permanentes do governo.

4. Combate à fome/Bolsa Família para 2024

Por ter o combate à fome como prioridade número um, o governo tende a focar em políticas públicas que ampliem o acesso a refeições para famílias de baixa renda. Além do Bolsa Família, que tem recursos garantidos apenas para 2023, o governo deve se preocupar com a alimentação nas escolas públicas. A

partir da discussão do Orçamento, definir o financiamento permanente do Bolsa Família.

5. Situação fiscal dos estados

Além dos problemas emergenciais como o combate à fome e o novo marco fiscal, Lula terá que encontrar com os governadores, sendo a maioria deles alinhados a Bolsonaro nas eleições, uma solução negociada para a queda na arrecadação em função de mudanças aprovadas em 2022:

Lula tem acenado em refazer o pacto federativo, que inclui os repasses federais a Estados e a municípios, conforme já abordei na coluna.

6. Reoneração dos combustíveis e política de preços da Petrobras

Lula e o PT não escondem que pretendem acabar com o PPI (Preço de Paridade de Importação) praticado pela empresa desde 2016. A alteração depende de decisão do Conselho Administrativo da Petrobras. Assim que for empossado, Lula deve indicar os novos membros do conselho, incluindo o presidente, que formarão maioria no colegiado, podendo alterar a política de preços.

A recente decisão de Fernando Haddad de pedir o fim da isenção de **impostos** para combustíveis, pode estar relacionado com os próximos passos que o governo eleito pretende tomar, tanto na alteração da política de preços quanto na criação de um fundo ou conta de estabilização para reduzir o impacto das altas internacionais de preços dos combustíveis para os brasileiros.

A mudança na política de preços da Petrobras, no entanto, é vista como um dos grandes abacaxis do governo e terá um custo político já que a Lei das Estatais prevê ressarcimento em caso de prejuízos por interferência política. Outro problema é que o desinvestimento em refinarias ampliou a dependência internacional. A tendência é de separar os custos nacionais dos internacionais. Dentro do PT, há a defesa da criação de um fundo de estabilização, ainda sem consenso. Se conseguir resolver o problema da paridade, Lula evitará manter o auxílio aos caminhoneiros, criado justamente pelos aumentos dos preços internacionais dos combustíveis.

7. Reforma tributária

Lula pretende retomar as discussões de **reforma tributária** que tramitam no Congresso e usar o capital político de início de mandato para acelerar a aprovação. Tanto a PEC 110 (Senado), quanto a PEC 45 (Câmara) tratam de unificação de **impostos**. A

tendência é de escolha pela 45 por ter sido idealizada por Bernard Appy, secretário especial da Fazenda para a **reforma tributária**. A PEC 45 substitui cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

8. Taxação lucros e dividendos

Já mostrei aqui que apesar de prioritária, a aprovação da taxaço não será fácil. A proposta do PT, defendida por Lula e pela área econômica durante a campanha, é aproximar a tributação sobre a renda do trabalho à da renda obtida pelo capital. A justificativa é promover justiça social, e criar receitas para políticas públicas que atendam à maioria da população, mas há resistências no parlamento. Para reduzir as resistências à proposta, ela pode ser atrelada ao aumento da isenção do Imposto de Renda, projeto já aprovado na Câmara e parado no Senado.

9. Reajuste da isenção no Imposto de Renda

Durante a campanha, Lula prometeu elevar a faixa de isenção do IR para R\$ 5.000 e pode retomar o projeto de reforma do IR já aprovado na Câmara e parado no Senado que amplia a isenção, mas taxa lucros e dividendos.

10. Reforma administrativa

Apesar de ter sido defendida durante a campanha como inevitável, não deve ser aprovada uma reforma ampla já que historicamente o PT tem uma relação quase umbilical com o funcionalismo público e a discussão tende a ser travada. Por outro lado, o PT precisa repor quadros da administração público e poderia usar essa oportunidade para promover mudanças pontuais.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2022/12/30/dez-mudancas-esperadas-na-economia-ja-em-2023-com-o-governo-lula.htm>

PEC já acabou com o teto de gastos, diz líder do governo

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Andrea Jubé - De Brasília

Oficializado líder do governo na Câmara nessa quinta-feira (29), mas atuando informalmente nesta função há quase dois meses, o deputado José Guimarães (PT-CE) diz que o teto de gastos já foi enterrado pela aprovação da PEC da Transição, proposta de emenda constitucional que permitiu ao governo gastar quase R\$ 200 bilhões a mais no próximo ano e mudar a regra fiscal por lei complementar.

O dinheiro é tanto, afirmou, que o governo terá dificuldade de elaborar e executar tantos investimentos em apenas um ano e garantirá tranquilidade para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) governar. "A PEC deu grande contribuição. Acabamos com o teto de gastos sem dizer, né", afirmou, na primeira entrevista desde que assumiu o cargo.

Guimarães destaca que as prioridades do novo governo no Congresso para o primeiro ano serão definir a nova âncora fiscal e aprovar a **reforma tributária** que já tramita no Legislativo. Os primeiros atos de Lula, já na primeira semana de janeiro, serão chamar os governadores para discutir a proposta e um novo pacto federativo e reunir todos os 37 ministros para expor a diretriz de atuação do governo.

Qualquer outro governo entraria numa crise sem precedentes, sem dinheiro. O Lula tem colchão de R\$ 200 bi para gastar"

O líder diz que a base aliada na Câmara já está em cerca de 250 deputados e será ampliada com as negociações do segundo e terceiro escalão do Executivo, que agregarão outros partidos à base. Ele minimiza o impasse com o União Brasil, que terá três pastas, mas se declarou independente após o líder do partido, deputado Elmar Nascimento (BA), ter a nomeação vetada pelo PT da Bahia. Diz que não houve veto, mas que o entrevero será tratado com muito diálogo e que espera atrair, além deste partido, o apoio também de Podemos e Republicanos. Confira a seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: Quais as prioridades do novo governo no Congresso?

José Guimarães: Antes de falar de projetos prioritários,

nossa tarefa imediata é compor um novo formato de governabilidade na Câmara. Isso se dá pela composição ministerial, mas não só. É importante o diálogo com todas as correntes do pensamento legislativo e a interação respeitosa entre o Executivo e o Legislativo, o que envolve o presidente [da Câmara] Arthur Lira [PP-AL] e o governo. Se essas coisas não estiverem afinadas, fica difícil pensar na votação das prioridades.

Valor: A condução da PEC da Transição causou reclamações dos partidos. Foi um erro mandar a PEC antes mesmo do governo assumir?

Guimarães: Talvez seja a coisa mais importante que fizemos. Essa aprovação dá margem, dá tempo e abre espaço para construir a nova governabilidade. Não precisamos mais de pressa porque, com a PEC, temos o auxílio [para as famílias carentes] garantido, dinheiro para investimentos, para saúde e educação.

Valor: A definição da âncora fiscal será uma das prioridades? Já há esboço de como ela será?

Guimarães: A PEC deu uma grande contribuição: acabamos com o teto de gasto sem dizer, né? Agora muda por lei complementar. É bem mais fácil que aprovar uma PEC e depois que engata por um ano [faz gesto com as mãos de que não volta atrás]. [O ministro da Fazenda, Fernando] Haddad tem as ideias sobre a nova âncora, mas não está nada esboçado. Ele comandará isso e em seis meses enviará ao Congresso. Agora, qualquer governo entraria numa crise sem precedentes, sem dinheiro, sem nada. E o Lula tem um colchão de R\$ 200 bilhões para gastar.

Nova relação com a base, âncora fiscal e **reforma tributária** serão prioridades do primeiro ano do novo governo"

Valor: O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes deu liminar que permite tirar parte do Bolsa Família do teto de gastos. Isso será usado para aumentar ainda mais as despesas?

Guimarães: Não vamos nem falar nisso porque o espaço que temos não dará nem pra gastar tudo. Vocês sabem que o Brasil é meio travado. Como é que vamos gastar R\$ 70 bilhões de investimento no primeiro ano de governo? Não tem como. O Lula terá

uma margem fiscal excelente.

Valor: A **reforma tributária** também será prioridade? Começará pela Câmara ou Senado?

Guimarães: Devemos conversar fortemente para apresentarmos uma proposta de **reforma tributária** consistente. Que dê conta do respeito aos entes federados, da concentração de renda e da progressividade. Temos que restaurar ideia central da PEC do [deputado] Baleia [Rossi], somar as ideias do Núcleo de Acompanhamento das Políticas Públicas de Economia da Fundação Perseu Abramo e fazer discussão nacional sobre a necessidade da reforma. Se não fizer isso, não sai.

Valor: Quando será a reunião do Lula com os governadores?

Guimarães: Ainda não tem data, mas o presidente Lula falou de se reunir imediatamente com eles. Há também a questão dos combustíveis a ser tratada. Ele também falou sobre a necessidade de reunir os ministros para uniformizar o discurso, dar a diretrizes do governo e das ações. Acredito que será tudo semana que vem.

Valor: Parte dos políticos acredita que o primeiro grande teste da base será aprovar a medida provisória de reestruturação dos ministérios. Será este um desafio?

Guimarães: Será aprovada no piscar dos olhos.

Valor: Não é otimismo demais?

Guimarães: É tempo de casa. Era uma pandemia no primeiro governo Lula, não havia voto para nada. Agora, nós partimos com 250 votos na Câmara.

Valor: De onde vêm esses votos?

Guimarães: Se a gente ampliou para aprovar a PEC e acabar com o teto de gastos, imagine outras coisas com o governo na mão.

Valor: Mas PV, Solidariedade e Avante, por exemplo, estão bem insatisfeitos sem ministérios.

Guimarães: [Eles] Vem já já. Ninguém sobrevive sem governo. Já começamos o diálogo e está bem resolvido com o PV e com Podemos. O Podemos vai ter segundo escalão, já está acordado. Tem o Avante, que está rebelde, mas [os deputados] votaram com a gente [na PEC]. Tem o Solidariedade. Ainda vem o Pros, o Patriota. Essas coisas se resolvem com o segundo escalão. Hoje já temos um núcleo central da nova base, em 250 votos, que ainda vamos ampliar. E

quem é governo sabe como é que faz isso.

Valor: Vai voltar com o toma-lá-dá-cá?

Guimarães: Esse negócio de toma-lá-dá-cá é muito relativo. É legítimo que os deputados federais indiquem os cargos nos Estados. Não pode indicar para bancos públicos, mas para Codevasf, Dnocs, Ibama, são cargos políticos. Isso não é toma-lá-dá-cá, é necessidade da República porque esse é o modelo que está em curso, é o presidencialismo de coalizão. E tem o que o Lula falou: no governo dele, se tiver denúncia de corrupção, a pessoa se afasta para apurar. Depois volta se for inocente. Lula já sofreu muito injustamente, mas agora é outro momento, o país é outro, a nossa cabeça é outra, vamos governar sob novos paradigmas.

Valor: Acabou o orçamento secreto e as emendas agora são impositivas. Só a distribuição de cargos será suficiente para governar? Ou precisará liberar recursos dos ministérios para fazer a base?

Guimarães: Quem libera [as emendas] é o governo. Tenho emendas impositivas minhas que não foram liberadas até hoje, são recursos para a área de saúde. Quem tem caneta para liberar a emenda impositiva é o governo.

Valor: O deputado Elmar Nascimento foi vetado para ministro pelo PT da Bahia. Lula escolheu dois ministros da ala governista do partido, mas há um núcleo anti-petista forte. Como vocês lidarão com isso?

Guimarães: Olha, primeiro que não existe negócio de anti-petista, acaba com esse discurso. O União Brasil foi partido ligado ao [presidente Jair] Bolsonaro e tem uma composição do PSL e do DEM. Então você tem que ter paciência para desconstituir isso. Tem os ministérios e ninguém tem como resolver isso por decreto. Tem que começar a conversar, distensionar, oferecer outras alternativas. Acho que é possível sim. Sei dos problemas que ficaram com essas indicações do União Brasil, mas o Elmar não foi vetado, não existe isso também. Tenho ótima relação com ele.

Valor: O senhor tem, mas o Rui [Costa, futuro ministro-chefe da Casa Civil] e o Jaques [Wagner, líder do PT no Senado] vetaram.

Guimarães: Mas o líder do governo na Câmara não é nem o Rui nem o Jaques. Recebi uma mensagem do Elmar dizendo que nossa boa relação está mantida.

Valor: Se não houve veto, por que ele não virou ministro?

Guimarães: Foi um conjunto de fatores... pega esse negócio da Bahia... eu não sei nem se ele [Elmar] queria. Vou contar uma história que pouca gente sabe. Na época do governo Dilma, tinha um veto aqui a um projeto do Judiciário que precisávamos derrubar, um negócio barra pesada que não íamos vencer. Recorri a ele. No fim, vencemos por seis votos com ajuda do Elmar e do Rodrigo Maia [da oposição]. Então aqui é um jogo de saber fazer as coisas. Não tem um padrão a favor ou contra. Depende de quem lidera, as relações políticas, o respeito, tudo isso conta muito.

Valor: Mas não causa preocupação o partido ter três ministérios e ainda assim ficar independente?

Guimarães: Não precisamos ter pressa. O governo ainda vai começar. Vamos iniciar o diálogo sobre os outros espaços, o segundo escalão. O governo é um mundo. Ainda mais um governo liderado pelo Lula, com a cabeça política que ele tem, é diferente do passado [no governo Dilma, do PT]. Meu otimismo tem motivos. Aprovamos uma PEC por 366 votos antes mesmo de entrar no governo. Acabamos com o teto de gastos, e fim de papo.

Valor: Ficará alguma sequela com o União Brasil?

Guimarães: Será superada. Na política não há sequelas. Se tivesse, não estaríamos hoje de mãos dadas com o Arthur Lira. Todo mundo sabe que apoiou o Baleia Rossi [na eleição para a presidência da Câmara]. Depois da derrota, passa um dia, uma noite e volta, vai recompor. É assim a política. O que não pode é o sectarismo. A característica do governo Lula é muito diferente, a credibilidade que ele tem. As pessoas se derretem com o carisma do Lula. Ele tem capacidade de sedução que nunca vi igual. Vi isso no dia a dia, cenas de que a pessoa sai quase chorando da reunião.

Valor: Mas o Arthur Lira era um dos padrinhos da indicação do Elmar. A relação ficará abalada?

Guimarães: Vamos cuidar da posse. Depois da posse vamos dialogar. Temos janeiro todo.

Valor: Está mantido o compromisso de apoiar a reeleição dele?

Guimarães: 100%. Demos nossa palavra: qualquer que fosse o resultado, iríamos apoiar o Arthur. Será relação muito boa, sadia, de alto nível. O conheço. Já brigamos, já conversamos e já fizemos muitos acordos. Não estou discutindo aspecto ideológico. Sou do PT, ele do PP. Mas é um cara que cumpre palavra, sabe fazer acordos, sabe manter o respeito no calor das divergências.

Valor: Qual o tamanho da oposição? São os 99 deputados do PL, os 42 do Republicanos e 3 do Novo?

Guimarães: Acha que os 99 deputados do PL vão fazer oposição? Não está claro ainda não, vamos dar tempo ao tempo. Eu vou defender que o Republicanos venha para a base. Em que condições? Vamos ver, né? O Marcos Pereira [presidente do Republicanos] foi muito correto: deu 40 votos [na PEC, para que se possa mudar a âncora fiscal por lei complementar] sem prometemos absolutamente nada.

Valor: Há vaga aberta de representante da Câmara no Tribunal de Contas da União (TCU). O governo terá candidato?

Guimarães: Esse assunto não apareceu ainda na pauta. Não acho que o governo tenha que se envolver, é minha opinião. Quando for o momento, a gente discute. Gosto do [deputado] Jhonatan [de Jesus, do Republicanos e candidato de Lira], voto nele.

Valor: Por que não anunciaram os presidentes do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal?

Guimarães: O Lula havia dito que não iria anunciar hoje [quinta-feira]. Mas os nomes estão definidos, serão duas mulheres de carreira dos bancos. Será escolha dele e não terá indicação política. Os bancos públicos vão abrir crédito para o povo investir.

Valor: Tem muitos ministros que são potenciais candidatos à Presidência em 2026: Haddad, Camilo Santana, Rui Costa e Simone Tebet. Isso não vai gerar fogo amigo?

Guimarães: Acha que alguém com juízo vai tocar nesse assunto agora? Se eles fizerem isso serão demitidos no outro dia. Além disso, a equipe está muito unida, o Lula é o unificador de tudo. O Lula encanta até as serpentes.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
PEC já acabou com o teto de gastos, diz líder do governo

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/pec-ja-acabou-com-o-teto-de-gastos-diz-lider-do-governo.ghtml>

Bolsa sobe em 2022, mas perde da inflação

Rafaela Gonçalves

Em uma sessão de baixa liquidez, com muitos investidores já no clima do réveillon, o Índice Bovespa (Ibovespa), principal referência da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), não conseguiu se manter no patamar acima dos 110 mil pontos, encerrando o último pregão do ano com variação negativa de 0,46%, aos 109.735 pontos, com giro financeiro de pouco mais de R\$ 24 bilhões. O dólar comercial, por sua vez, registrou alta de 0,47%, aos R\$ 5,28 para venda.

No acumulado de dezembro, a B3 apresentou queda pelo segundo mês consecutivo, registrando baixa de 2,44% no período. Apesar de vir amargando perdas ao longo do ano, em meio à **inflação** global, alta dos juros e incertezas políticas, a Bolsa brasileira, que até o início do mês acumulava variação negativa, recuperou um pouco do fôlego nas últimas semanas e conseguiu encerrar 2022 com alta de 4,68%.

Mesmo assim, a valorização deverá ficar abaixo da **inflação** anual, estimada em 5,9%, e da Taxa Básica de Juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano - o que significa perda real para aplicações que seguem estritamente o Ibovespa. Entretanto, muitas ações tiveram ganhos expressivos, proporcionando lucro a quem investiu nelas, enquanto outras tiveram prejuízo ainda maior (veja quadro). A moeda norte-americana, por sua vez, avançou 1,48% neste mês, mas terminou o ano com uma desvalorização de 5,32% ante o real.

No âmbito doméstico, o mercado foi bastante guiado pela conjuntura política ao longo deste ano, sobretudo no segundo semestre. Em um cenário moldado pela eleição presidencial, os investidores se mostraram sensíveis ao noticiário nacional. A Bolsa brasileira enfrentou um pleito apertado em que venceu Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com um discurso marcado pelo viés da ampliação de gastos, pouco amigável ao mercado, na visão dos investidores, que seguem cautelosos.

Equipe econômica

Para o chefe de pesquisas da Ativa Investimentos, Pedro Serra, a bolsa vem amargando perdas por uma certa frustração e incerteza sobre os passos do novo governo. "A expectativa era de que Lula chegasse mais pragmático, com nomes (de ministros) atraentes para o mercado, e não foi o que aconteceu. A questão fiscal, com alta de gastos, gerou um estresse muito grande em meio a declarações que provocaram

volatilidade. Isso, obviamente, aumenta a incerteza e leva os investidores a tomarem posições de aversão ao risco", afirmou.

No último pregão, os investidores repercutiram a conclusão do anúncio da equipe de ministros de Lula, com a divulgação dos 16 nomes que ainda faltavam. Também continuam no radar, a partir da próxima semana, as decisões da futura equipe econômica do governo, com destaque para as discussões sobre a desoneração dos **impostos** federais sobre os combustíveis.

Segundo o analista da Ouro Preto Investimentos, Bruno Kamura, as mudanças do novo governo devem ser decisivas para os negócios. "O momento é de cautela, os investidores ainda têm muita preocupação em relação ao novo governo e o que foi discutido na transição. Uma coisa que acabou animando bastante foi o discurso do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de aproximação com o mercado e tom mais fiscalista, pensando também no controle de gastos", observou.

Juros

No cenário global, a Guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro, jogou os preços das commodities para cima, o que foi um ponto favorável, até então, para ações de empresas ligadas a matérias-primas. No entanto, os rumos mudaram a partir do segundo semestre, quando a economia global deu os primeiros sinais de esfriamento, a perspectiva de recessão passou a pesar no mercado e as commodities cederam.

Com a **inflação** atingindo seu maior patamar em décadas nas principais economias do mundo, os bancos centrais começaram a subir os juros para níveis recordes. Com isso, a Bolsa, que teve entrada forte de investidores pessoas físicas ao longo dos últimos anos, quando os juros reais - descontada a **inflação** - estavam negativos, tornou-se cada vez menos atrativa.

O sócio da Valor Investimentos, Davi Lelis, avaliou o cenário, que tem feito muitos dos novos investidores migrarem para a renda fixa. "Quando os juros estão mais altos, como vimos nos sucessivos aumentos ao longo deste ano, a tendência, naturalmente, é de que a bolsa caia. Isso acaba chamando atenção de investidores mais moderados ou conservadores, que vão olhar a renda fixa pagando 14% ao ano de maneira garantida, e não vão querer tomar risco na

Bolsa", afirmou. Além disso, para os analistas, há indícios de que o aperto monetário já começa a desacelerar a atividade econômica, o que traz preocupações acerca das perspectivas para o próximo ano.

Destaques

Apesar do cenário, algumas empresas conseguiram se destacar com ganhos relevantes no Ibovespa. No topo do ranking estão os papéis da Dommo Energia (DOMMO3) registrando a maior rentabilidade do ano (269,23%). Em seguida aparece a Cielo (CIEL3), com 142,09%, e a construtora Cury S/A (CURY3), com acumulado de 94,53%. No lado das perdas, a Espacolaser (ESPA3) teve a maior desvalorização (83,56%). Em seguida aparecem a Aeris (AERI3), com perda de 82,69%, e a seguradora IRB Brasil Re (IRBR3), menos 78,61% (confira o ranking completo).

Outras exceções são as ações que pagam bons dividendos. De acordo com um levantamento feito pela TradeMap, as empresas cotadas como as mais generosas na distribuição de proventos no próximo ano já estavam na lista de 2022. Dentre elas, estão nomes ligados a commodities metálicas e ao petróleo, as tradicionais companhias que atuam na distribuição de energia elétrica e os bancos. Vale (VALE3), Gerdau (GGBR4), Petrobras (PETR4), Itaú (ITUB4) e Engie (EGIE3) estão entre as companhias mais mencionadas da lista.

momento é de cautela. Uma coisa que acabou animando foi o discurso do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de aproximação com o mercado e tom mais fiscalista, pensando também no controle de gastos" Bruno Kamura, analista da Ouro Preto Investimentos

Entre altas e baixas

Após amargar perdas ao longo do ano, em meio à inflação global, elevação dos juros e incertezas políticas, Bolsa brasileira encerra 2022 no campo positivo



Desempenho do Ibovespa ao longo do ano

Varição em cada período (em %)



O Ibovespa acumulou alta de 4,68% em 2022, encerrando o ano aos 109.735 pontos

Ações do Ibovespa

Varição em 2022 (em %)

MAIORES ALTAS

Empresa/Classe	Código	Rentabilidade
Dormmo ON	DMMO3	269,23
Cielo ON	CIEL3	142,09
Cury S/A ON	CURY3	94,53
Mills ON	MILS3	84,66
Petroreca ON	RECV3	81,97
Petronio ON	PRI03	80,02
BBSeguridade ON	BBSE3	74,88
Kepler Weber ON	KEPL3	70,76
Hypera ON	HYPE3	64,74
M.Dias Branco ON	MDIA3	52,45
Assaí ON	ASA13	51,74
Petrobras ON	PETR3	48,86
Log-In ON	LOGN3	48,73
Petrobras PN	PETR4	47,23
Sabesp ON	SBSP3	45,22
Alliar ON	AALR3	44,29
Vulcabras ON	VULC3	40,38
Copel PNB	CPLE6	40,15
Tupy ON	TUPY3	38,14
Copel UNT	CPLE11	37,43

MAIORES QUEDAS

Empresa/Classe	Código	Rentabilidade
Espacolaser ON	ESPA3	-83,56
Aeris ON	AER13	-82,69
Irbrazil Re ON	IRBR3	-78,61
Sequoia Log ON	SEQL3	-78,50
Oi ON	OIBR3	-77,63
Infracomm ON	IFCM3	-77,38
Tend ON	TEND3	-74,75
Americanas ON	AMER3	-68,67
Lojas Marisa ON	AMAR3	-67,11
Cvc Brasil ON	CVCB3	-66,54
Qualicorp ON	QUAL3	-64,56
Recrusul ON	RCSL3	-64,11
Meliuz ON	CASH3	-63,58
BRF AS ON	BRFS3	-63,23
TC ON	TRAD3	-62,87
Cea Modas ON	CEAB3	-62,76
Quero-Quero ON	LJQQ3	-62,47
Magaz Luiza ON	MGLU3	-62,05
Petz ON	PETZ3	-61,65
Nu Holdings Ltd ON	NUBR33	-59,93

Fontes: TradeMap e B3.

Morte de Pelé transcende fronteiras do esporte e mundo entra em luto



Victoria Damascene

Não bastaram os principais clubes de futebol e alguns dos maiores jogadores da história prestarem suas homenagens a Edson Arantes do Nascimento, Pelé, após sua morte nesta quinta-feira (29). Sua grandiosidade ultrapassou as barreiras do esporte e fez o mundo entrar em luto.

Políticos e artistas nacionais e estrangeiros fizeram publicações sobre o rei do futebol, que morreu aos 82 anos em decorrência de falência de múltiplos órgãos, resultado da progressão de um câncer de cólon, segundo o hospital Albert Einstein, em São Paulo.

O ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fez uma postagem em seu Twitter dizendo que Pelé foi um dos maiores do futebol.

"E, como um dos atletas mais reconhecidos do mundo, ele entendeu o poder do esporte para unir as pessoas. Nossos pensamentos estão com sua família e todos que o amavam e admiravam", afirmou na publicação.

Eles se conheceram em 2019, em São Paulo, durante uma visita ao Brasil. Na ocasião, o craque deu ao ex-presidente uma camiseta da seleção brasileira autografada. "Para presidente Obama com abraço, Edson Pelé", escreveu no uniforme.

Alberto Fernández, presidente da Argentina, também fez uma homenagem nas redes sociais dizendo que

um dos melhores jogadores da história havia nos deixado.

"Recordaremos sempre daqueles anos em que Pelé deslumbrou o mundo com suas habilidades. Um grande abraço a sua família e ao povo do Brasil, que o levará no coração", afirmou.

Além deles, o líder da França, Emmanuel Macron, postou uma foto em honra a Pelé. "O Jogo. O Rei. A Eternidade." escreveu em seu Twitter.

Autoridades brasileiras como o presidente diplomado Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que teve o privilégio de ver o ídolo em campo, e que poucos brasileiros levaram o nome do Brasil tão longe.

"Por mais diferente do português que fosse o idioma, os estrangeiros dos quatro cantos do planeta logo davam um jeito de pronunciar a palavra mágica: "Pelé"" escreveu em mensagem nas redes sociais.

O presidente Jair Bolsonaro decretou luto de três dias pelo Rei e fez uma postagem no Instagram dizendo que vê com pesar a morte de um homem que levou o nome do Brasil para o mundo.

"Transformou futebol em arte e alegria. Que Deus conforte sua família e o acolha em sua infinita misericórdia." Em São Paulo, o governador Rodrigo Garcia (PSDB) decretou luto oficial de sete dias pela morte de Pelé, ação que foi seguida pelo prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB).

O vice-presidente diplomado Geraldo Alckmin (PSB) desejou orações aos familiares. Torcedor do Santos, clube onde Pelé fez história, ele também disse que o ex-jogador era um atleta completo.

"Meu time, o Santos, o "peixe", teve o maior ataque de todos os tempos: Dorval, Men-gálvio, Coutinho, Pelé Pepe. Era uma seleção", disse.

No mundo do cinema, a u [Pelé] transformou o futebol em arte, em entretenimento. Deu voz aos pobres, aos negros e principalmente: deu visibilidade ao Brasil. O futebol e o Brasil elevaram seu status graças ao Rei! Ele se foi, mas a sua magia permanecerá Neymar jogador do PSG atriz americana Viola Davis publicou um vídeo com diversos momentos da carreira do ex-

jogador, com registros coloridos e em preto e branco.

"Descanse em paz, Pelé. Você foi o maior jogador de futebol que já existiu! Orações a sua família. Obrigada por nos abençoar", escreveu Viola.

O ator americano Will Smith também postou uma foto ao lado do ídolo no Instagram. "O maior que já fez isso. Descanse em paz, Rei Pelé." No mundo do futebol, o presidente da Fifa, Gianni Infantino emitiu uma nota de pesar dizendo que o ídolo era único em muitos sentidos, como por ter sido o único a ganhar três mundiais e ter habilidade e imaginação incomparáveis.

"O futebol podia ser brutal em sua época, e Pelé frequentemente recebia tratamento rude. Mas, embora soubesse defender-se, foi sempre um desportista exemplar, com um respeito genuíno pelos adversários", disse, em nota.

Entre os jogadores, o argentino Lionel Messi, do PSG (Paris Saint Germain), prestou sua homenagem por meio da publicação de uma sequência de fotos de Pelé no Instagram. "Descanse em paz", escreveu.

Kylian Mbappé, também finalista do Mundial pela França e jogador do PSG, fez uma publicação em seu Twitter dizendo que "o rei do futebol nos deixou, mas seu legado jamais será esquecido".

Cristiano Ronaldo, por sua vez, publicou um texto mais extenso, no qual diz que Pelé é "uma referência do ontem, de hoje, de sempre".

"Um mero "adeus" ao eterno Rei Pelé nunca será suficiente para expressar a dor que abraça neste momento todo o mundo do futebol", escreveu.

Entre os brasileiros, o atacante Neymar, do PSG, afirmou em uma publicação que antes do ex-jogador, o futebol era "apenas um esporte". "Pelé mudou tudo".

"Transformou o futebol em arte, em entretenimento. Deu voz aos pobres, aos negros e principalmente: deu visibilidade ao Brasil. O futebol e o Brasil elevaram seu status graças ao Rei! Ele se foi, mas a sua magia permanecerá", disse na publicação.

Mesmo antes da morte de Pelé, o Santos, clube que une a história de Neymar e Pelé, fez **tributos** ao rei. Nesta semana, o time divulgou seu novo escudo, que carrega uma coroa acima do distintivo, em sua homenagem.

Após sua morte, uma coroa também substituiu o brasão no perfil oficial do time no Instagram. Junto à imagem, apenas a palavra "eterno" foi usada como

legenda, um símbolo da grandiosidade do maior jogador de futebol da história.

Velório Fãs poderão se despedir do Rei do Futebol na Vila Belmiro na segunda-feira (2) Klaus Richmond Santos A Vila Belmiro, palco de 210 dos 1.116 jogos de Pelé pelo Santos, segundo levantamento histórico do próprio clube, recebe considerável movimentação de público em seu entorno mesmo como velório do ex-jogador programado somente para a manhã de segunda-feira (2).

Floras depois do anúncio da morte do Rei do Futebol nesta quinta (29), centenas de torcedores, turistas, jornalistas e ex-jogadores do clube se aglomeravam em busca das primeiras informações. Também integrantes da Torcida Jovem, principal organizada do clube, com bandeiras e homenagens: "Pelé eterno, você é rei", diz uma delas.

Antes das informações divulgadas pelo Santos sobre velório, fãs exibiam fotos com o Rei do Futebol. Era comum, também, a presença de crianças com camisas do clube paulista e da seleção brasileira.

Em uma das casas em frente ao estádio, ex-atletas como Aluísio Guerreiro e João Paulo, que jogaram pelo clube na década de 1980, também se juntaram aos torcedores perguntando por informações.

Eles tinham reunião marcada para a associação de masters do clube, composto por ex-atletas históricos como La-lá, Edu e Clodoaldo Tavares Santana, e tentavam entregar a Pelé o título honorário de sócio. O encontro foi cancelado pela notícia.

O histórico barbeiro de Pelé, Didi, que ainda mantém o salão próximo ao Bar do Alemão, um dos redutos mais conhecidos em frente à Vila Belmiro, fechou as portas ao ser informado da perda do amigo.

"Tenho essa camisa desde 2002. O Pelé autografou. Já me ofereceram R\$ 2.000, R\$ 3.000... Não vendo", afirma Sandro Justino, 65, operador portuário aposentado, que carregava nos ombros uma camisa com dedicatória de Pelé.

A operação de despedida para Pelé já é planejada pelo clube há meses. Na última semana, viralizaram nas redes sociais vídeos de uma estrutura para o velório montada na Vila. O Santos não se pronunciou a respeito.

Apesar da presença de público, que poderá se despedir do Rei do Futebol, o velório de Pelé deve acontecer com caixão lacrado, com rígido protocolo de segurança. A previsão é para que tenha início na segunda-feira, às 10h.

Haverá ainda um cortejo pelas ruas de Santos, que passará pelo Canal 6, onde mora a mãe de Pelé, dona Celeste, que neste ano completou 100 anos. O sepultamento reservado aos familiares será no MemorialNecrópole Ecumênica, já na manhã de terça (3).

Os acessos para a cerimônia foram definidos com o portão 1 para a entrada de floricultores. Os fãs poderão entrar pelos portões 2 e 3 da Vila Belmiro, os principais, e seguirão, em fila indiana, até se aproximarem do local onde ficará posicionado o caixão. A exemplo de como foi o funeral da Rainha Elizabeth 2a, as pessoas não poderão parar. Elas sairão pelos portões 7 e 8.

No portão 10, ficarão membros do Conselho Deliberativo, políticos e convidados. Familiares, autoridades e ídolos do Santos terão acesso especial.

Uma nova visão do governo que assume - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Quando assumir o cargo de presidente da República, domingo, Luiz Inácio Lula da Silva estará buscando implementar uma nova visão de governo na política econômica. Uma ótica que privilegiaria a demanda e cuja sustentação acadêmica encontra-se na Universidade de Campinas. Seria preciso, portanto, aumentar a renda para as pessoas comprarem mais bens e serviços, com isso, colocar-se-ia a economia para rodar. O Estado, ao aumentar o gasto, acabaria gerando mais renda, o que se reflete no orçamento.

Fala-se muito hoje em conflito distributivo e em justiça social, o que é um imperativo urgente, mas é raro ouvir alguém, no governo que assume, discorrer sobre eficiência econômica, produtividade e competição. Essa é uma mudança grande de foco. A visão econômica de que o Estado, ao gastar, produz renda, parece uma leitura parcial de Keynes, que é verdade quando a economia está em recessão ou depressão. Mas quando não está, não dá para desconhecer a reação da oferta.

Há um equívoco quando os políticos dizem que precisamos crescer para resolver os problemas do Brasil. Na verdade, precisamos resolver os problemas do país para crescer. O crescimento é resultado. O gasto do Estado é importante, mas não é suficiente. E sobre isso ainda vem a questão de que não há problema no Estado se endividar na sua própria moeda. Não há risco de solvência. Se o gasto do setor público resolvesse os problemas estruturais, nenhum país os ter ia.

É até verdade que não haveria risco de insolvência, porque bastaria resgatar a dívida e monetizá-la. Se não houver, porém, expansão da oferta de forma quase que simultânea, duas coisas devem acontecer: haverá aumento dos preços porque a demanda terá aumentado; e uma parte dela vai se extravasar para as importações. Isso aconteceu no Plano Cruzado, quando houve elevação dos salários e teve ainda a queda abrupta da inflação e a demanda explodiu. Ali foi um problemão, pois não havia reserva cambial para sustentar um aumento expressivo das importações. Hoje, essa poderia ser inclusive uma forma de se fazer uma transição para um aumento efetivo da oferta.

Será que este seria o melhor momento para se

implementar essa visão econômica no país? Os políticos dirão que não dá para esperar mais. É sustentável? É difícil porque os países competem entre si.

O fato é que o ministério montado pelo presidente da República não conquistou corações e mentes, deixando a dúvida sobre a sua capacidade de executar tão relevante missão.

A China, quando manteve os salários no resto do mundo achatados, fez isso pela concorrência. Não perguntou para ninguém. Eles alegam que tiraram 800 milhões de pessoas da pobreza. Os demais países não tiveram condições de competir.

Há duas formas de se ver o mundo: uma, que a humanidade é colaborativa e solidária; a outra, que é mais dura, considera que o jogo econômico é competitivo. Se a visão dominante é dos que consideram o jogo competitivo, terá que se olhar mais para a eficiência econômica.

Alias, a agricultura no Brasil é o que é hoje porque está exposta a competição internacional das commodities. Ou ela recebe investimentos ou não teria como exportar.

Lula já declarou que não vai privatizar mais e quem quiser se instalar no país terá que criar uma empresa do zero. Quando se compra uma empresa existente, não há criação de novos empregos num primeiro momento, mas se a empresa ficar mais eficiente, competitiva, ela terá que ter investimentos.

Não dá para desconsiderar os problemas sociais que o Brasil acumula. O país já faz, no entanto, bastante transferências (entendidas como pagamentos a pessoas sem que elas produzam ou, ainda, aumento de salários sem ganhos de produtividade).

Nas últimas eleições, quando um dos candidatos apresentou-se com uma visão aparentemente diferente para a política econômica, a taxa de câmbio subiu, e os juros se abriram, mas ao vencer o pleito esse candidato esclareceu quais eram as suas propostas e o câmbio voltou e os juros caíram. Agora, isso não aconteceu, e o que se ouviu do governo foi que o mercado gosta de especular.

"Mas se eu vou governar e quero que dê certo eu tenho que reduzir incertezas e não aumentá-las. Tenho que usar o mercado a favor do meu governo. Mas o que eu estou vendo é as pessoas parando para ver como será o governo", disse uma experiente fonte do mercado financeiro.

Agora, cada pequeno sinal é observado com lupa. A informação de que o ministro indicado para a Fazenda, Fernando Haddad, pediu a Paulo Guedes que não prorrogasse por mais 30 dias a isenção de **impostos** sobre combustíveis, por recomendação de Lula, foi contabilizada como pontos a favor da racionalidade econômica do presidente eleito. É um sinal de que ele está atento às questões fiscais. E se é assim porque no discurso Lula tem alimentado as incertezas, fomentado os riscos?

Isso onera mais os custos do seu governo. Só em taxa de juros sobre a dívida mobiliária são cerca de 200 pontos base. Um ônus, em tese, desnecessário.

Custo das incertezas oneram a terceira gestão de Lula

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Repases a municípios sobem 26%



A advogada Juliana Celuppi, sócia da Radar Governamental: aumento da arrecadação federal ajudou a melhorar os repasses para os municípios este ano

Rodrigo Carro Do Rio

Impulsionado pelo aumento da arrecadação federal e pela mudança na distribuição dos seus recursos, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fechou o ano com repasse total de R\$ 179,1 bilhões às prefeituras. O montante representa uma expansão nominal de quase 26% na comparação com as transferências registradas em 2021. Em termos reais, descontada a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), o incremento é de 15,47%.

Apesar de os recursos terem crescido muito acima da **inflação**, prefeitos temem que a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas - promessa de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT)-possa se refletir negativamente no comportamento do FPM. O Imposto de Renda responde em média por 86% da receita de FPM transferida pela União aos municípios, explica Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Os 14% restantes vêm do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Sócia-fundadora da consultoria jurídica Radar Governamental, a advogada Juliana Celuppi cita o aumento da arrecadação federal como um dos fatores responsáveis por alavancar os repasses de FPM este ano. "O maior índice de empregos formais e a melhoria da atividade econômica que vimos em 2022, tudo isso influencia a arrecadação", resume ela. Além disso, a Emenda Constitucional nº 112 promulgada em setembro aumentou em um ponto percentual os repasses do fundo, lembra Celuppi. "As alterações na legislação começaram a valer este ano", acrescenta.

Dados compilados pela CNM indicam que a arrecadação de Imposto de Renda entre janeiro e novembro deste ano aumentou 26,8% em termos nominais ante o mesmo período de 2021. Do total de

R\$ 643,5 bilhões de IR arrecadados no período, 8,4% vieram da taxação de pessoas físicas. A correção da tabela de Imposto de Renda poderia reduzir não só essa fatia da receita total mas também aquela correspondente ao IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte). Entre janeiro e novembro, a cobrança do tributo diretamente na fonte rendeu R\$ 291,5 bilhões à União. E mais da metade desse total (54,3%) veio da cobrança sobre a remuneração paga a trabalhadores.

"Vemos com muita preocupação o que vai acontecer em 2023 caso haja uma correção na tabela do Imposto de Renda", diz Ziulkoski, da CNM. Mesmo assim, o dirigente é favorável à realização de uma reforma capaz de racionalizar o ambiente tributário brasileiro.

Gestor do Observatório de Informações Municipais (OIM), o economista François Bremaeker lembra que não há ainda simulações detalhadas sobre o possível impacto de uma unificação de cinco **tributos** incidentes sobre consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) num imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Essa consolidação se assemelha àquela prevista na Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019, em tramitação no Congresso Nacional.

No caso de o IPI ser incorporado ao Imposto sobre Bens e Serviços - por exemplo - seria necessário recompor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Também seria preciso encontrar uma alternativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), principal tributo municipal, destaca Bremaeker.

Para 2023, os municípios trabalham com uma projeção de repasses - divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)-superior a R\$ 181 bilhões, o que significaria um incremento nominal de pouco mais de 1 % frente a este ano. A estimativa mais recente do IPCA para 2023 é de 5,23%, de acordo com a edição do Boletim Focus divulgada pelo Banco Central nesta semana. Nesse cenário, levando-se em conta a **inflação**, o montante de repasses no próximo ano teria variação negativa ante 2022.

"Para o desempenho do fundo continuar positivo, é necessário que a economia se mantenha aquecida, a **inflação** fique controlada e que haja criação de empregos, pois todos esses fatores contribuirão positivamente na receita", esclarece a CNM em nota técnica.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Base governista é 43% da Câmara

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cedeu muito mais ministérios aos partidos de centro-direita do que pretendiam os petistas, mas terá, formalmente, minoria na Câmara dos Deputados e dependerá de mais acordos para aprovar simples projetos de lei. Os partidos que serão declaradamente base do governo terão 223 dos 513 deputados (43% dos votos).

O número só será suficiente para aprovar projetos de lei ordinária ou medidas provisórias (MP) se não houver quórum completo na Casa. Se todos os 513 deputados votarem, é preciso o apoio de 257 deputados para aprovar uma matéria dessas, que exige maioria simples. Em casos de lei complementar, como será a nova regra fiscal, é preciso maioria absoluta em todas as votações. Para propostas de emenda constitucional (PEC), como a reforma dos **impostos** sobre bens e serviços, é exigido apoio bem maior, de 308 deputados.

Em todos esses cenários, o PT terá que contar com apoio de parte dos 188 deputados de partidos que se declaram independentes. São aqueles que votam a favor, mas dependendo do projeto ou da negociação envolvida. O União Brasil, que terá três ministérios, é um dos que se classificará dessa forma porque disse não se sentir representado pelos nomes escolhidos por Lula.

A sigla indicou seu líder na Câmara, o deputado Elmar Nascimento (BA), para ministro da Integração Nacional, mas o nome foi vetado por petistas da Bahia. No lugar, o partido terá os deputados Juscelino Filho (MA) como ministro das Comunicações e Daniela do Waginho (RJ) como ministra do Turismo. O governador do Amapá, Walclez Góes, se licenciará do PDT e ficará com a Integração Nacional por indicação do líder do União no Senado, Davi Alcolumbre (AP).

"Os ministros filiados ao partido não foram indicações nem da Executiva e nem da liderança. São indicações pessoais. Não há nenhuma proibição para que algum filiado ocupe cargo. Mas o posicionamento da bancada demonstrará a nossa independência", afirmou Elmar ao Valor.

O União Brasil seria, se tivesse aderido ao governo, o maior partido da base aliada na Câmara, com 59 deputados. Esse posto será agora do PSD, com 43 parlamentares, seguido pelo MDB, que terá 42.

Contudo, nem todos os deputados dessas siglas votarão com o governo e há aqueles, principalmente de Estados mais bolsonaristas, que se posicionam como oposição (mesmo cenário que ocorreria com o União).

O PT também dependerá de votos de parte dos 49 deputados do PP do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), e dos 42 do Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para aprovar seus projetos. Além disso, espera contar com apoios na federação PSDB/Cidadania (19 deputados) e no Podemos (14 parlamentares).

Lira foi um dos fiadores da indicação de Nascimento para o ministério. A negociação envolvia acomodar dentro do Desenvolvimento Regional um grupo de até 150 deputados dos partidos independentes, mas que individualmente querem votar com o governo. A articulação foi abortada por reclamações da direção do Republicanos e pelo veto do PT. Um dos principais adversários do presidente da Câmara, o senador Renan Filho (MDB-AL), comandará os Transportes.

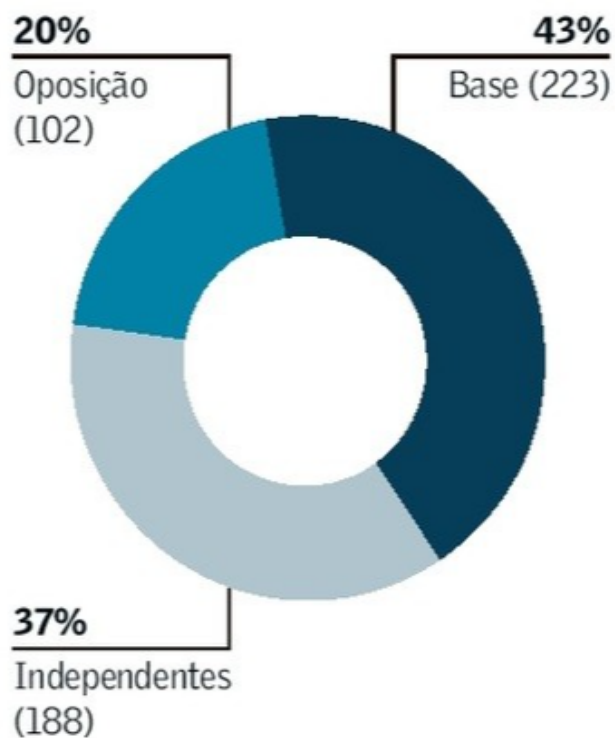
A base formal do governo contará com 11 partidos: PCdoB, Rede, Psol, PDT, PSB, PSD, MDB, PT, Avante, PV e Solidariedade. Os três últimos, contudo, estão insatisfeitos porque apoiaram a candidatura de Lula desde o primeiro turno, mas acabaram preteridas na divisão dos ministérios. Eles pressionam por espaço relevante no segundo escalão.

A oposição a Lula no início do mandato será, formalmente, de 102 deputados, composta por PL e Novo. Parte dos parlamentares do PL é mais pragmática e sinaliza votar com o governo, mas na PEC da Transição, aprovada semana passada para ampliar o espaço para o novo governo gastar em 2023, só 10 dos 76 atuais deputados do partido votaram a favor. Na próxima legislatura, a sigla terá 99 parlamentares.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

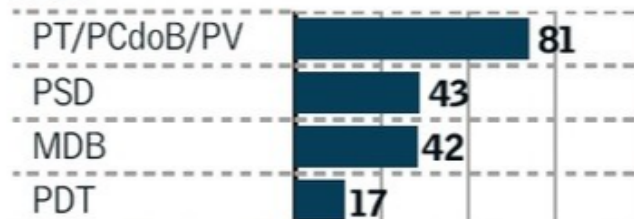
Futura base do governo na Câmara

Aliados ao petista serão 41% dos deputados

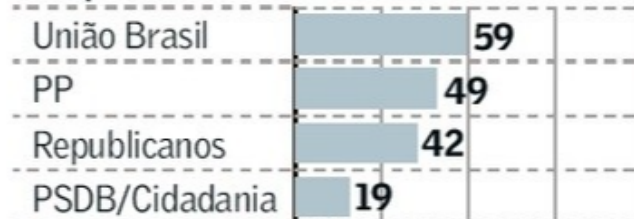


Parlamentares por legenda

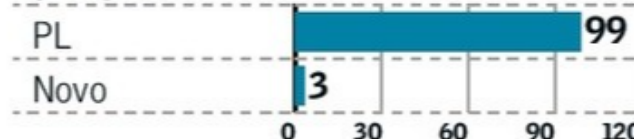
Base



Independentes



Oposição



Fonte: TSE e levantamento do Valor * Números já consideram trocas de partidos anunciadas após a eleição

Tucanos entregam Estado com sobra de caixa



Garcia e Doria: elevação de tributos deixou contas no azul, mas minou popularidade

Quando o governador de São Paulo Rodrigo Garcia concluir o mandato em 31 de dezembro, encerrará um ciclo de 28 anos de hegemonia do PSDB. Ele assumiu o governo em 31 de março deste ano, após a desincompatibilização de João Doria para tentar, sem sucesso, concorrer à Presidência.

Doria disputaria o Planalto ao mesmo tempo em que Garcia buscava reeleger-se governador mantendo a estrutura da máquina paulista sob suas rédeas. Um tucano daria palanque ao outro para mostrar realizações da gestão, tendo como carro-chefe a campanha de vacinação contra a covid-19 no Estado, iniciada em 17 de janeiro de 2021. Nesse dia, a enfermeira negra Monica Calazans foi a primeira pessoa vacinada com a Coronavac no Brasil, minutos após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberar o uso do imunizante - produzido em parceria do Instituto Butantan com o laboratório chinês Sinovac. Doria impulsionou o Ministério da Saúde a iniciar a imunização nacional, dois dias depois, e em seguida, a adotar o uso da vacina da AstraZeneca.

Àquela altura, Doria e o presidente Jair Bolsonaro protagonizavam embates frequentes na TV e nas redes sociais, tendo a falta de iniciativa do governo federal para comprar vacinas e a escalada de mortes por covid-19 como pano de fundo da disputa política.

Em 27 de novembro de 2021, Doria venceu a prévia

presidencial do PSDB derrotando o atual governador diplomado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, mas a direção do PSDB decidiu não lançar candidato próprio ao Planalto e apoiou Simone Tebet (MDB), derrotada no primeiro turno.

A troca de guarda entre Doria e Garcia foi tumultuada. No dia da desincompatibilização, horas antes da transmissão do cargo, Doria avisou seus aliados que não sairia mais do governo, o que inviabilizaria a candidatura de Garcia. Após muita pressão, Doria condicionou sua renúncia a um documento assinado pelo presidente do PSDB, Bruno Araújo, com o compromisso de respeitar o resultado das prévias - que não aconteceu. Doria não conseguiu unir o PSDB, nem atrair apoios de Cidadania e MDB, parceiros da aliança. Desistiu da disputa à Presidência em maio.

Com Doria fora do páreo presidencial, Garcia manteve seu projeto de reeleição em São Paulo. Adotou discurso de neutralidade e tentou mostrar realizações. Antes de assumir a cadeira de governador, Garcia ocupava posição estratégica no governo Doria. Como secretário de governo, atuou na articulação política e foi protagonista na condução de projetos de interesse do Executivo.

Também promoveu uma ampla costura partidária, reunindo União Brasil, MDB, PP, Solidariedade, Podemos e a Federação PSDB-Cidadania em sua chapa, assegurando o maior tempo na propaganda eleitoral na TV e no rádio.

Garcia, entretanto, acabou enredado pela polarização eleitoral cristalizada entre Luiz Inácio Lula da Silva e Bolsonaro e sucumbiu no primeiro turno, recebendo apenas 18% dos votos. Em São Paulo, o resultado foi a eleição do ex-ministro da Infraestrutura bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), que superou o petista Fernando Haddad no segundo turno e assumirá o Palácio dos Bandeirantes em 1-de janeiro de 2023. Haddad será ministro da Fazenda de Lula.

O balanço da gestão Doria-Garcia indica que as contas estão no azul, com R\$ 86 bilhões brutos em caixa em outubro de 2022, segundo a Secretaria da Fazenda.

"Estamos deixando para o sucessor um governo muito melhor do que recebemos em 2019, com recursos em

caixa e organizado", disse Garcia ao Valor.

Mas ainda que os recursos disponíveis permitam ao Estado cumprir a lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e arcar com compromissos de curto prazo, o ajuste implementado foi impopular. Dois projetos aprovados em 2020 foram essenciais para garantir aumento de arrecadação - mas repercutiram negativamente na aprovação da gestão Doria-Garcia.

Em 6 de março de 2020 a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o Projeto de Lei Complementar 80/2019, que regulamentou a reforma da Previdência dos servidores estaduais. As regras passaram a valer em junho daquele ano. Entre as principais mudanças, o desconto da previdência do funcionalismo público tornou-se progressivo, chegando a 16% para os servidores com remuneração acima de R\$ 6 mil. Servidores aposentados também passaram a recolher a contribuição previdenciária - a medida foi mal recebida a ponto de Garcia revogar, em novembro deste ano, após a derrota nas urnas, a exigência da contribuição para aposentados e pensionistas com remunerações de até R\$ 7.087,22.

O principal responsável pelo salto de arrecadação foi o Projeto de Lei 529/2020, aprovado em 14 de outubro de 2020. Sob justificativa de evitar um rombo de R\$ 10,4 bilhões no orçamento de 2021, decorrente da queda da atividade econômica causada pela pandemia, a lei extinguiu estatais e fundações, reduziu benefícios fiscais aumentando **impostos** e autorizou o processo de demissão voluntária de 5,6 mil servidores para enxugar a máquina pública.

Com popularidade em queda, em 15 de janeiro de 2021 o próprio Doria revogou o aumento do ICMS para os setores de hortifrutí, insumos agropecuários e medicamentos genéricos. Em maio daquele ano, anunciou ainda que o Estado suspenderia a incidência de ICMS sobre medicamentos para AIDS, câncer e doenças renais.

Mesmo com a sobra de caixa gerada pelo ajuste fiscal de Doria, o governo não realizou investimentos com impacto eleitoral. Grandes privatizações anunciadas também foram reduzidas a atuações pontuais, como a concessão do Zoológico à iniciativa privada.

O ex-governador foi procurado, mas está de férias em Seychelles, arquipélago do Oceano Índico. Secretário de Fazenda de São Paulo até abril de 2022, Henrique Meirelles não foi localizado.

Secretário de Desenvolvimento Regional na gestão Doria e atual presidente do diretório paulista do PSDB, Marco Vinholi disse que "as reformas realizadas no período foram fundamentais para o Estado de São

Paulo". Ele afirmou ainda que o Estado "fecha o ano de 2022 com austeridade fiscal, índices de investimento relevantes e recursos em caixa". De acordo com Vinholi, o orçamento para 2023 "é praticamente" 50% maior nominalmente que o orçamento de 2019.

Desde o início de seu mandato, Doria lidou com o avanço do bolsonarismo na Polícia Militar de São Paulo (PM-SP). O tucano venceu a eleição para governador em 2018 surfando a onda bolsonarista. No início do mandato, Doria manteve-se alinhado a Bolsonaro. Em junho de 2019 chegaram a fazer flexões de braço com jovens da PM na pista de atletismo do Centro Paraolímpico Brasileiro, na zona Sul de São Paulo, durante visita conjunta ao complexo esportivo.

Mas cerca de dois meses depois, começou a dar sinais de que se afastaria do presidente. Segundo um aliado próximo do hoje ex-governador, a intenção era se cacifar politicamente como uma alternativa ao bolsonarismo na eleição presidencial de 2022. Na época, Doria teve pouco respaldo no PSDB para viabilizar seu projeto.

Já em junho de 2020, durante a pandemia de covid-19, tornou-se alvo de ataques de bolsonaristas em redes sociais e no aplicativo de mensagens WhatsApp, por defender o isolamento social para evitar a proliferação dos casos de covid-19. Também se tornaram mais intensas as manifestações de apoio a Bolsonaro e contrárias a Doria realizadas na Avenida Paulista, que reuniam oficiais, praças e familiares de policiais militares.

As investidas de Doria contra a cooptação da PM paulista pelo bolsonarismo tiveram pouco resultado. Mesmo com a nomeação, em novembro de 2018, durante a transição de governos, do general da reserva do Exército João Camilo Pires de Campos para comandar a Segurança Pública. Os agentes se identificam com Bolsonaro por causa da pauta corporativa, que defende maior proteção jurídica aos policiais militares.

Apesar da tensão na PM, os índices de violência no Estado caíram entre 2018 e 2021, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). As mortes violentas intencionais diminuíram em todos os indicadores. A taxa de mortes que agrega homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, policiais assassinados e mortes por intervenção policial passou de 9,5 por 100 mil habitantes, em 2018, para 7,9 por 100 mil em 2021 - registrando queda de 17,1%. São Paulo tem a menor taxa de mortes violentas intencionais do país: 22,3 por 100 mil habitantes em média.

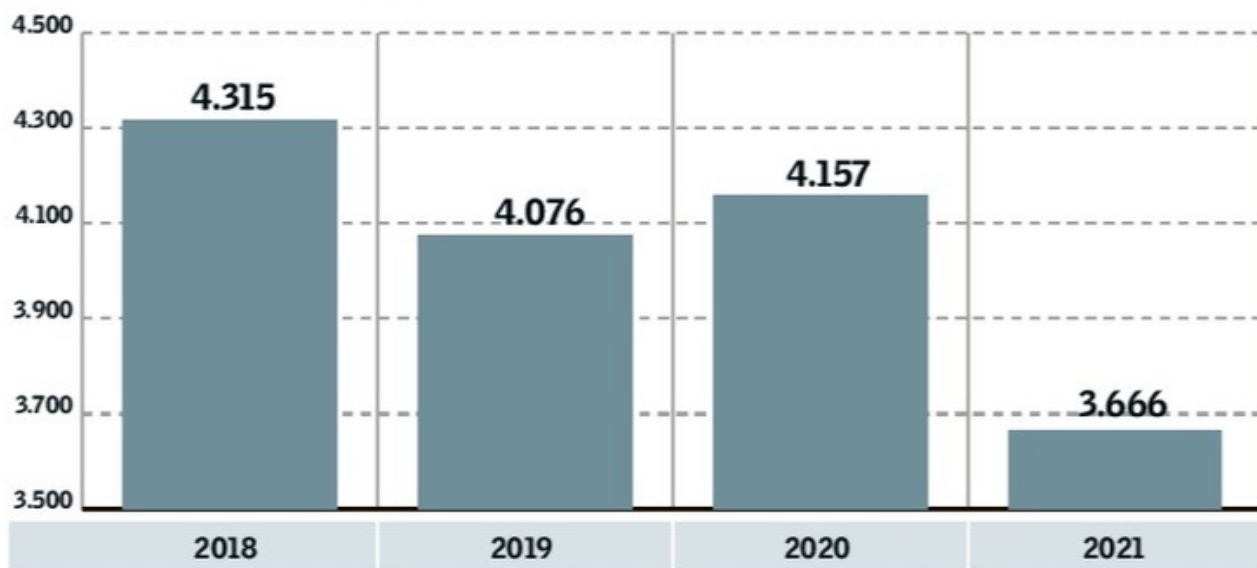
A gestão Doria-Garcia também adotou, em meados de 2020, a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais pelos policiais militares em serviço. A decisão provocou a reação de entidades de classe, que querem o fim do uso dos dispositivos. O governador diplomado Tarcísio de Freitas sinalizou que pode rever a medida. Segundo o FBSP, houve queda de 34,6% na taxa de letalidade policial após a adoção das câmeras. (AGV)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Mortes Violentas Intencionais (MVI)

Em São Paulo

Homicídios intencionais, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte, letalidade policial



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Situação fiscal positiva

Em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Novas regras evitarão dupla tributação de multinacionais.

As multinacionais começarão o ano de 2023 com novas possibilidades para o cálculo de preços de transferência, que poderão evitar a bitributação. Batalha de muitos anos do setor produtivo. o alinhamento das regras brasileiras ao padrão internacional foi concretizado por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.152, publicada ontem no Diário Oficial da União. A norma terá aplicação opcional para 2023, e obrigatória a partir de 2024.

Na prática, o texto evita o potencial aumento de **tributos** de multinacionais americanas, afasta o risco de dupla tributação e reduz as chances de litígios tributários, segundo advogados e representantes do setor.

"O ponto fundamental é que o MPJ aumenta a atratividade da economia brasileira nas cadeias globais de valor ligadas ao comércio intrafirma", afirma o gerente-executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Tellcs.

O preço de transferência é um conjunto de métodos criados pela **Receita Federal** para indicar o valor que uma empresa pode pagar por um bem ou serviço transferido por companhia vinculada a ela, instalada em outro país. O objetivo é evitar concorrência desleal e que resultados sejam transferidos para o exterior via importações ou exportações o que reduziria o pagamento de imposto no país.

As regras atuais de preço de seadas em métodos pré-estabelecidos com margens fixas de lucro. Sempre foram consideradas pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como alheias à realidade econômica, segundo o advogado Leonardo Castro, sócio da área tributária do VBD Advogados.

A MP foi considerada urgente pela presidência da República por causa de recente alteração na política tributária dos Estados Unidos. O governo americano deixaria de aceitar o crédito tributário referente aos **impostos** pagos no Brasil por causa de desvios no sistema de preços de transferência brasileiro. A MP institui o regime de "arm's lenght", adotado nas principais economias do mundo, no qual preços de transferência seguem um padrão de mercado.

Na prática, empresas americanas que atuam no Brasil

passariam a enfrentar aumento de carga tributária a partir de 2023. Como as novas regras serão obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2024, segundo Tellcs, da CNI, dá tempo para as empresas e o próprio Fisco se prepararem para a mudança. Por outro lado, em 2023, as empresas poderão antecipar a adoção da nova regra.

O fato de o Brasil adotar norma para preços de transferência diferente das principais economias do mundo era um embaraço para os negócios porque acabava dando margem à dupla tributação, observa o executivo. Em diagnóstico realizado em 2019, a OCDE havia apontado 30 divergências entre as regras brasileiras e os padrões da instituição e 27 delas gerariam risco de dupla tributação.

"O Brasil era a jabuticaba nesse caso em relação à maioria dos países, tinha a legislação diferente". afirma Clarissa Machado, sócia da área tributária do escritório Trench Rossi Watanabe. Entre as mudanças, a advogada destaca a necessidade de que essas companhias avisem a Receita sobre efeitos de reestruturações nos negócios. Segundo a advogada, isso poderá evitar autuações fiscais, que hoje acontecem quando o Fisco entende que a empresa realizou transação sem propósito negociado, só para reduzir a carga tributária.

Sócia do mesmo escritório. Simone Dias Musa aponta também que a nova legislação traz a possibilidade de o contribuinte, espontaneamente, ao fim do ano calendário, fazer novo ajuste no preço de transferência.

A MP ainda prevê a realização de consultas prévias à Receita especificamente sobre preços de transferência. Será cobrada uma taxa de R\$ 80 mil por consulta, mas o contribuinte já terá checar se a Receita concorda com a metodologia que pretende aplicar, podendo evitar futuras autuações fiscais.

Além disso, quando o auditor fiscal discordar do método de cálculo adotado, ao invés de autuar a companhia, poderá abrir a possibilidade de retificação, afastando a aplicação de multas. A oferta de uma "segunda chance", contudo, dependerá de alguns critérios fixados na MP.

Esse espaço para diálogo entre Fisco e contribuinte

tem o potencial de reduzir o contencioso tributário, segundo a tributarista Thaís Shingai, sócia do escritório Mannrich Vasconcelos. "Se tiver uma situação que gere muita dúvida interpretativa, o contribuinte pode ir à **Receita Federal** e alinhar o entendimento. Não sabemos como será na prática, mas poderá ser feito", afirma.

O lado negativa dessas mudanças, segundo Iliais. é o provável aumento do custo de compliance (conformidade) para as empresas. "Agora a norma é muito mais detalhada e vai demandar das empresas a apresentação de documentação, deve ser criada alguma metodologia de prestação de informações sobre as operações controladas", diz.

No geral, porém, a MP está alinhada com o que a iniciativa privada precisa, segundo o superintendente-geral da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Alexandre Fischer. "Estamos passando por um movimento mais alinhado com a boa prática contábil internacional, da essência sobre a forma. Por isso é importante a postura colaborativa da autoridade fiscal", afirma.

Desde 2018, a **Receita Federal** atuou com a OCDE em estudos e debates para a modernização das regras de preços de transferência. Por meio de nota, o órgão afirma que o sistema atual gera problemas de dupla não tributação, o que faz com que o Brasil perca receitas tributárias, ao mesmo tempo em que se verifica casos de dupla tributação, o que prejudica investimentos no país. "O novo sistema corrige essas lacunas", afirma a nota.

Apesar de as novas regras serem "mais subjetivas", segundo a própria Receita, a MP contempla a introdução de novos instrumentos que trarão segurança jurídica e previsibilidade. "Há expectativa de redução de Inociosidade no âmbito internacional já que a transação estará sujeita a regras tributárias mais homogêneas", diz a nota.

O alinhamento das normas para tributação em preços de transferência com a linha internacional era um dos principais itens da agenda do atual governo no processo de acessos à OCDE. Na terça-feira, o futuro ministro da Fazenda Fernando Haddad disse que o projeto de integrar a OCDE será "revisita-do" pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Empresas vão à Justiça contra corte de benefício fiscal

Cobranças que reduzem benefícios fiscais de ICMS, em uma tentativa dos Estados de compensar o impacto fiscal da pandemia, estão na mira do Judiciário. Uma empresa do Paraná, do setor de celulose, foi uma das primeiras a conseguir o direito de não ter que se submeter à limitação em 12% do crédito presumido do imposto, evitando impacto no caixa a partir de janeiro.

Em São Paulo, a Lei nº 17293, de 2020, e quatro decretos que regulamentaram a norma, alcançando produtos variados como medicamentos, ovos e escovas de dentes (decretos nº 65252, nº 65.253, nº 65254 e nº 65.255). Também foram questionados. Mas a situação é indefinida.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) entrou com ação judicial (ADI nº 22502667520208260000). O então governador João Doria (ISDB-SP) voltou atrás em relação a alguns produtos, mas não todos.

A Fiesp entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) após decisão contrária do Órgão Especial do Tribunal de justiça de São Paulo (TJSP). Como o recurso teve o seguimento negado, a entidade entrou com agravo mas, em novembro, o ministro Dias Toffoli pediu vista. "A expectativa do Estado é a integral manutenção do acórdão do TJSP", diz a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) por nota.

"Enquanto não tiver sido concluído o julgamento, ainda temos chances potenciais de vitória", afirma Flelcio Honda, diretor jurídico da Fiesp.

No Paraná, o que se questiona é o Decreto nº 9.810, de 2021, que regulamentou a exigência de pagamento de 12% sobre o crédito presumido do ICMS, a partir de janeiro do ano que vem. Por isso, algumas empresas estão se antecipando e recorrendo ao Judiciário para obter liminar preventiva.

Esse percentual é destinado ao Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná (Funrep). Para Alysson Amorim Yamasaki,

advogado que conseguiu a liminar em favor de uma indústria de celulose, o Funrep é como a instituição de um novo tributo não contemplada pela Constituição

Federal. "Viola o princípio da não afetação, ao vincular parte da receita desse imposto para um fundo, e afronta o princípio da não cumulatividade", diz.

O advogado também argumentou apresentando a decisão do STF na ADI nº 3.550/RJ contra a Lei nº 4.546, de 2005, do Estado do Rio de Janeiro. Tal legislação previa que os contribuintes que destinassem recursos para o Fundo de Aplicações Econômicas e Sociais do Estado do Rio de Janeiro (FAES) teriam créditos presumidos de ICMS. A norma foi declarada inconstitucional com base no princípio da não afetação (artigo 167, IV").

A primeira liminar contra o Funrep que se tem notícias foi proferida pela juíza Ioliana Maria C F. C. Wojciechowski da 2ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa (processo nº 00293412720228160019). A liminar suspende a exigibilidade do percentual sob o argumento de que não pode haver vinculação de receita à fundo conforme a Constituição.

Ela concedeu a liminar diante "do risco de a contribuinte ter que se sujeitar à cobrança da contrapartida de 12% sobre o valor do respectivo incentivo ou benefício utilizado, que aparenta ser inconstitucional, e da probabilidade de provimento do recurso, já que existe precedente do Pretório Excelso (STF) no sentido de que a vinculação de receitas de **impostos** a fundos públicos, mesmo que de forma indireta, não encontra guarida na ordem constitucional".

"A empresa pode fazer o depósito do percentual em conta judicial e, se ganhar o processo, levanta os valores com atualização pela Selic", diz Yamasaki. "Ou deixa de pagar simplesmente mas, se a decisão for revertida em seu desfavor, incidirá correção monetária e multa", acrescenta.

Os Estados do Paraná e de São Paulo instituíram a redução dos benefícios fiscais de ICMS fundamentadas na cláusula primeira, parágrafo 2º, do Convênio ICMS

nº 42/2016, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) - que reúne todos os secretários da Fazenda do país.

Para o tributarista Pedro Moreira, do CM Advogados, a

edição de leis estaduais para criar fundos que limitam os benefícios fiscais de ICMS concedidos aos contribuintes para incrementar a arrecadação possuem o nítido efeito de criar um novo tributo. "Isso somente poderia ser feito mediante autorização legislativa e observando a prerrogativa constitucional outorgada à União para criação de novos **impostos**, conforme artigo 154, I, da Constituição Federal", diz.

O tributarista lembra de uma outra ação no STF que questiona a constitucionalidade de fundos criados pelo Estado do Rio limitando benefícios fiscais de ICMS (ADI nº 5635). "A ação está pendente de julgamento após pedido de vista do ministro André Mendonça, mas poderá servir de norte sobre como a instância superior irá avaliar o tema", diz.

"Enquanto isso, o contribuinte deve individualmente avaliar a pertinência de uma medida judicial, podendo realizar o depósito judicial para não ficar sujeito a restrições de certidão de regularidade e penalidades diversas", finaliza Moreira.

Procurada pelo Valor, a PGE-PR disse, por meio de nota, que "a atuação da procuradora neste caso e os argumentos de defesa constam da contestação já apresentada nos autos judiciais".

Saldo de Bolsonaro para o agro foi negativo, diz Fávaro



Thiago Resende e Thaísa Oliveira *brasilíia*

Futuro ministro da Agricultura e Pecuária, o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) diz que o saldo dos últimos quatro anos para o setor do agronegócio foi negativo, apesar de ruralistas terem apoiado majoritariamente a reeleição de Jair Bolsonaro (PL).

"Por incrível que pareça, talvez o [setor] não enxergue, mas o saldo é negativo. Perda de credibilidade, imagem muito ruim no mercado internacional. Ficou a sensação para o mundo do passa a boiada. Pode desmatar, pode queimar, pode destruir. Ficou aberta uma ferida no meio ambiente, que é o nosso maior ativo", disse ele em entrevista à Folha.

Fávaro se aliou ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda no início da campanha e foi um dos principais interlocutores do petista junto ao setor. Apesar de ter sido apresentado como cota do PSD, de Gilberto Kassab, para a sigla aderir à base do futuro governo, Lula já tinha decidido pela escolha do senador há mais de duas semanas.

Segundo o futuro ministro, Lula irá abrir o mercado para o agronegócio no exterior e será o principal embaixador do Brasil.

"A China é prioridade, o mundo é prioridade. O maior embaixador do Brasil é o presidente Lula. Nós vamos revender o Brasil. Um Brasil equilibrado, sustentável, produtivo. Tenho certeza que isso vai gerar muitas oportunidades para os brasileiros."

*

O sr. assume um ministério menor que o atual, da gestão Bolsonaro. Já há definição sobre qual deve ser

a estrutura da pasta? Eu não gostaria de dizer que o ministério perdeu espaço porque, na realidade, ele foi acrescido de muitas coisas neste último mandato. Nós precisamos ter foco. Eu sou defensor de estruturas bem focadas e transversais, conversando entre si, como com o Ministério da Pesca. A Embrapa precisa de dedicação muito profunda. Ela foi completamente sucateada. A Conab vai momentaneamente para o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], mas nós imaginamos para ela algo maior, que ela vá atender a agricultura familiar, a agricultura empresarial, numa agência de informação estratégica, com relatórios mensais do mercado, que norteiem todas as políticas públicas. Com isso, haveria relatório de clima com as estações meteorológicas, e a gente poderia trabalhar melhor programas e políticas públicas.

Qual o objetivo dessa agência? A ideia é que ela não fique nem embaixo do MDA nem do Mapa. A sugestão é criar uma agência de informação, não uma agência reguladora, e que possa servir transversalmente para vários ministérios. Um exemplo é que há uma previsão de safra para milho no ano, com milho para mercado nacional e exportação. Mas, muitas vezes, esse milho é exportado e falta produto para a indústria. Aí há desabastecimento e o governo precisa trazer milho de fora. Falta planejamento. Não precisa ter intervenção.

Qual é o saldo do governo Bolsonaro para o setor agropecuário? O saldo do governo Bolsonaro para o setor? Por incrível que pareça, talvez não enxergue, mas o saldo é negativo. Perda de credibilidade, imagem muito ruim no mercado internacional. Ficou a sensação para o mundo do passa a boiada. Pode desmatar, pode queimar, pode destruir. Ficou aberta uma ferida no meio ambiente, que é o nosso maior ativo. Está destruindo a galinha dos ovos de ouro, que é ter chuva para poder ter produção. O saldo é muito negativo nesse aspecto, mas nós vamos reconstruir. Tenho certeza que o bom senso vai voltar a prevalecer. Os homens e mulheres de bem que produzem alimento vão reconhecer o grande trabalho do presidente Lula.

O que o sr. faria de diferente?

Não gosto de olhar para trás, eu quero olhar para frente. O Brasil tem uma grande oportunidade hoje de voltar a crescer, produzir mais, de forma sustentável,

equilibrada, respeitada pelo mundo.

Na campanha, o PT chegou a lançar um documento que previa a regulação do setor agrícola e isso gerou ruído com ruralistas. Há chance de haver regulação do setor? Houve disparo de muita fake news na campanha. O setor já está começando a ver isso. Agora eu já vejo um movimento de consciência, de saber que é um novo governo e que temos que trabalhar por bem da agricultura, da agropecuária. Então eu vejo as associações já em busca do diálogo, de fazer as coisas acontecerem. Estão esquecendo as fake news. Tinha uma que era de invasão de terra. O presidente Lula falou várias vezes que terra invadida não é passível de reforma agrária. Tem lei que proíbe. Nós não somos contra a reforma agrária. Cheguei em Mato Grosso num município que era fruto de reforma agrária.

O sr. pretende participar das discussões sobre reforma agrária? Claro que sim. Terra pública que estava disponível ou até terra privada que o proprietário queira vender e o Estado tiver interesse para reforma agrária, perfeito. Mas a terra produtiva não tem reforma sobre ela, não tem invasão de terra. Gostem ou não gostem de Lula e de Fávaro, estamos abertos ao diálogo. Quem quiser fazer agricultura moderna, eficiente, em busca do carbono neutro, respeitando as leis, respeitando o meio ambiente, não desmaiando ilegalmente, não provocando queimadas ilegais, certamente terá todo o nosso apoio.

Qual sua posição sobre crédito para o setor e seguro rural? O crédito, vamos dizer assim, juros equalizados para custeio, precisa ser mantido o tamanho disso focado, principalmente em pequenos e médios produtores. Os grandes têm acesso a crédito internacional com juros bastante baratos. O seguro rural é uma política muito eficiente, por isso a gente tem que, no mínimo, mantê-la.

Haverá alguma mudança no acesso a armas para o produtor rural? Vou trazer uma posição do presidente Lula desde a campanha, e eu concordo plenamente. Nós não podemos deixar que o cidadão vire parte do crime organizado. Está se perdendo o controle porque está muito fácil de comprar. Depois a pessoa diz que foi roubada mas, muitas vezes, vendeu.

Agora, o agro precisa de um pensamento um pouco diferente. Não dá para deixar o homem do campo proibido de ter uma, duas, três armas de fogo e algumas munições porque, na hora que chega um assaltante lá, chega um sequestrador, um delinquente, ele tendo a certeza que aquele homem do campo está desarmado, ele vai barbarizar. Não dá tempo de você acionar o 190 e a polícia vir.

O senhor defende que o governo envie um novo texto para o PL dos Defensivos, que ficou conhecido como PL do Veneno? Não podemos precarizar a análise, a ciência. De jeito nenhum. Não podemos precarizar a Anvisa ou o Ibama na regulamentação e autorização de novas moléculas, mas a burocracia não pode tomar conta, e passar oito ou dez anos fazendo testes de novas moléculas que o mundo inteiro já tem. Vamos fazer as coisas andarem. Estamos todos do mesmo lado.

Bolsa perde fôlego mas fecha o ano com ganho

A Bolsa perdeu um pouco de fôlego ao longo desta quinta (29), mas fechou 2022 com um ganho acumulado de 4,69%, ligeiramente abaixo da **inflação** anual, estimada em 5,64%. Nas últimas duas semanas a Bolsa subiu quase 7%, conforme investidores passaram a considerar que o governo do presidente diplomado Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se mostrava mais atento ao equilíbrio das contas públicas e que o Congresso poderia colocar freios em excessos. Após o anúncio de 16 novos ministros e de declarações de Alexandre Silveira, futuro ministro das Minas e Energia, sobre possível mudança na política de preços dos combustíveis, o Ibovespa recuou um pouco no final da tarde.

Carlos Fávaro, 53

Produtor rural e senador da República por Mato Grosso, onde foi vice-governador. Foi vice-presidente da Aprosoja e presidente da mesma associação no estado de MT. Coordenou o grupo de transição da área

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50141>

Rendimento da poupança é o menor da renda fixa em 2022

Lucas Bombana

são paulo

Em um ano que ficou marcado pelos retornos elevados e pela demanda crescente dos investidores pela renda fixa, a rentabilidade da poupança ficou na lanterninha entre as principais aplicações financeiras da classe, mesmo sendo isenta de IR (Imposto de Renda).

Levantamento realizado a pedido da Folha por Andrew Storfer, diretor de economia da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças), indica que, a despeito da escalada da Selic, que saiu da mínima histórica de 2% ao ano em março de 2021 para encerrar dezembro em 13,75%, a poupança entregou no acumulado do ano um retorno de 7,67%.

O estudo aponta que uma pessoa que tenha aplicado um valor de R\$ 1.000 na poupança no início do ano teve de volta um rendimento de R\$ 76,70 no período.

O retomo relativamente baixo da poupança em comparação a outras alternativas de investimento na renda fixa ocorre porque a remuneração da aplicação é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano.

Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic.

Especialistas afirmam que, no atual cenário de juros elevados, há alternativas mais atraentes à disposição dos investidores.

Investimento também de baixo risco e alta liquidez, o título Tesouro Selic, que acompanha o rendimento da taxa básica de juros, teve um rendimento em 2022 de 9,49%. Quem aplicou R\$ 1.000 no título, disponível para negociação na plataforma Tesouro Direto, teria obtido um rendimento de R\$ 94,88 no final do ano, R\$ 18,18 a mais do que na poupança.

Já o investimento em um CDB (Certificado de Depósito Bancário) de um banco grande apresentou rentabilidade de 9,44%, retorno que sobe para 11,16% no caso de bancos de médio porte, que embutem um nível de risco mais alto.

As estimativas elaboradas pela Anefac apontam também que as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito Agrícolas), que tem isenção tributária à pessoa física, tiveram rentabilidade média de 11,07% em 2022.

Tanto os CDBs como as letras de crédito e a poupança contam coma garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), associação que garante o valor aportado pelo investidor até o limite de R\$ 250 mil por CPF e conglomerado financeiro, em caso de eventuais problemas que a instituição emissora venha a sofrer no meio do caminho.

"Quando a gente compara a poupança com outros investimentos que também são seguros e que têm uma remuneração mais próxima da Selic, como os CDBs e as letras de crédito, vemos que a aplicação vai perdendo rentabilidade", afirma o diretor da Anefac.

"Quanto mais tempo o aplicador deixa o dinheiro na poupança, e quanto mais tempo a Selic fica mais alta, menor a rentabilidade da aplicação se comparamos com outras aplicações seguras", acrescenta Storfer.

Em um cenário de juros altos e incerteza política e econômica que aumentou a volatilidade na Bolsa de Valores, dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) evidenciam a predileção dos investidores pela renda fixa em 2022 -os fundos dedicados à classe tiveram captação positiva de R\$ 74,5 bilhões, até 30 de novembro. Já os fundos de ações sofreram resgates da ordem de R\$ 66,1 bilhões no mesmo intervalo, enquanto os multimercados viram as saídas superarem as entradas em R\$ 83,7 bilhões.

Poupança voltou a ter retorno real positivo em setembro

Embora tenha ficado em último lugar dentre as principais modalidades de investimento, a poupança, depois de dois anos, voltou a render acima da **inflação** em setembro deste ano.

Na ocasião, beneficiada pela deflação registrada pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), a tradicional aplicação registrou rentabilidade real de 0,02% positivos no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em setembro, segundo levantamento

elaborado pelo TradeMap. A rentabilidade real considera o quanto o dinheiro rendeu apesar da **inflação**.

A última vez em que o retorno da poupança havia sido positivo tinha sido em agosto de 2020, com retorno de 0,45%.

Apesar da baixa rentabilidade, os dados mais recentes do BC (Banco Central) mostram que cerca de 164 milhões de pessoas mantinham algum valor depositado na poupança ao final de 2019.

Além disso, pesquisa do C6 Bank/Ipec mostra que a predileção pela poupança alcança também as pessoas de renda mais alta no país.

A pesquisa ouviu mil brasileiros das classes A e B com acesso à internet, e mostrou que a poupança é a opção mais comum. Cerca de 28% têm algum valor na aplicação. Em seguida vêm os CDBs, com 22%, e os fundos de investimento, com 16%. Ações (14%), Tesouro Direto (13%), LCIs e LCAs (9%) aparecem na sequência.

De todo modo, dados do BC indicam também que a poupança registrou saque líquido de R\$ 7,419 bilhões em novembro, levando o volume de retiradas líquidas no acumulado do ano a R\$ 109,496 bilhões, recorde da série iniciada em 1995.0 resultado de novembro representou o segundo maior saque para o mês da série, perdendo para novembro de 2021, quando houve retirada de R\$ 12,377 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

41

Poupança fica em último lugar entre principais aplicações de renda fixa em 2022

	Rentabilidade em 2022 Em %	Rendimento de R\$ 1.000 Em R\$	Rendimento de R\$ 5.000 Em R\$	Rendimento de R\$ 5.000 Em R\$
CDB (bancos médios)	11,16	111,62	558,11	1.166,22
LCA/LCI*	11,07	110,7	553,5	1.107
Fundo DI	10,1	100,97	504,84	1.009,68
Tesouro Selic	9,49	94,88	474,38	948,75
CDB (grandes bancos)	9,44	94,37	471,86	943,72
Poupança*	7,67	76,7	383,5	767

* Produtos com isenção de IR
Fonte: Anefac

Tebet mira revisão do Orçamento e reforça ter mesmo "DNA" de Haddad



De camisa vermelha, Simone Tebet posa entre Lula e Haddad

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O gesto foi simbólico. Quando o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o nome da senadora Simone Tebet (MDB-MS) para o Ministério do Planejamento e Orçamento, ela foi até onde estava o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o chamou para tirar a foto junto com o presidente eleito. "Somos de origem libanesa. Não tem como dar errado", disse logo a futura ministra e presidenciável, que escolheu usar no anúncio dos novos ministros uma camisa vermelha - cor símbolo do PT.

Foi a primeira fala após a cerimônia, que marcou a divulgação dos nomes dos últimos ministros do novo governo. Uma preocupação de marcar posição de que podem trabalhar juntos, apesar das diferenças. "Nós já começamos com três identidades: somos professores universitários, ele tem parentes no meu Estado (Mato Grosso do Sul) que são amigos em comum. E ele me deu a terceira: somos de origem libanesa. Então, não tem como dar errado." Assim como Tebet, a família de Haddad é de imigrantes libaneses. Se o "DNA" libanês é semelhante, o mesmo não se pode dizer do pensamento econômico. São diferentes. Por isso, a expectativa que se criou no mercado de que Tebet, junto com Geraldo Alckmin, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, funcionem como um anteparo a medidas heterodoxas que possam ser adotadas pelo time de Haddad, na Fazenda, e Aloizio Mercadante, que vai comandar o BNDES. Sua habilidade de ponderação, reconhecida por seus interlocutores, afasta, ao menos no início do governo, críticas públicas.

Tebet defendeu o teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**, mas é política. Não chega a ser uma fiscalista ferrenha - tanto que teve divergências com seu time na campanha em relação às promessas assumidas que aumentavam gastos. Mas tem a noção da importância do ajuste das contas públicas e da sinalização de sustentabilidade da dívida pública no médio e longo prazos. Vai trabalhar para isso.

A senadora não era a opção de Haddad no Planejamento, que preferia um governador. O Planejamento não era o desejo dela na Esplanada. Os dois, porém, já acertaram que trabalharão juntos na implementação de uma política efetiva de avaliação de gastos ("spending review", no termo em inglês) em dobradinha com um regra fiscal que dê previsibilidade para as contas públicas, como antecipou o Estadão.

"PRIMEIRO TESTE". À frente do Planejamento, ela deve dar gás ao Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), responsável por avaliar a eficácia das políticas de subsídios e de gastos diretos, mas que desde a sua criação não disse a que veio. Não basta apresentar os diagnósticos. Tem de ter poder político para mudar as políticas que não deram certo e aquelas que precisam melhorar. Entre os técnicos da área econômica, a aposta considerada mais óbvia e primeira é o programa Auxílio Brasil, gerido pelo governo Bolsonaro com grandes falhas no desenho, que será rebatizado de Bolsa Família. O primeiro teste.

Crítica do orçamento secreto, esquema de compra de apoio político do governo Bolsonaro revelado pelo Estadão, a nova ministra deve promover uma reforma da gestão do Orçamento - que envolve a busca de resultados e que requer uma ampla revisão do programa orçamentário e o aprimoramento dos mecanismos de avaliação de gastos. Essa é uma das mudanças mais prementes depois da "bagunça institucional" promovida pelo orçamento secreto.

O diagnóstico é conhecido. O Orçamento do governo federal chegou a um grau de complexidade tão grande que essa situação vem funcionando como arma para "enganar" quem não conhece os seus meandros. Alguns caminhos para essas mudanças - a partir de uma revisão do processo orçamentário e do

aprimoramento de avaliação do gasto público - foram sugeridos pelo chamado Grupo dos Seis, que preparou um documento com sugestões para o novo governo com ideias que contribuíram para o programa econômico da então candidato Tebet nas eleições. No grupo, estavam Persio Arida, que participou do governo de transição, e Bernard Appy, que será secretário de Haddad. Se for bem-sucedida, deixará uma marca.

EQUIPE. A expectativa agora é de que forme uma equipe que tenha também técnicos que a acompanharam na campanha. Com Haddad, ela também terá de afastar desconfianças de quem, no mercado financeiro, tem pé atrás em relação à gestão das finanças públicas (Fazenda e Planejamento) com objetivos políticos declarados. Os dois são presidenciáveis em potencial para 2026. Antes disso, a nova ministra terá de se acertar com Haddad e a futura ministra de Gestão, Esther Dwek, sobre o que vai para cada ministério.

Na contramão da aposta de muitos, o economista Francisco Gaetani avalia que pode "dar liga" entre Haddad e Tebet. Ele também fez parte do Grupo dos Seis e foi secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo Dilma. "Ela está indo para um ministério muito subestimado, mas que é muito importante para as políticas futuras, e tem condições de transformar o rumo do País, não são do Orçamento", diz. Para Gaetani, Tebet trará frescor à área, linguagem mais leve, olhar para frente, diálogo e trânsito com vários setores da sociedade, além de preocupação com o desenvolvimento regional.

"A reforma do Orçamento é diferente da reforma da nova regra fiscal. É uma reforma da execução orçamentária", explica Gaetani. Ele ressalta que a Lei 4.320, de 1964 e que regulamenta as normas para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos municípios, é muito antiga e não dá mais conta das necessidades do País. "Estamos vivendo de gambiarras, desse "puxa e estica" com o Tribunal de Contas da União. Precisamos de uma lei nova para simplificar e dar mais transparência", destaca. "Se ela (Tebet) tiver apetite, será uma grande reforma."

Aceno ao mercado
Com Haddad, Tebet terá
de afastar desconfiança
que ainda há sobre gestão
das finanças públicas

Com rendimento de 4,69%, Ibovespa fica atrás até da poupança em 2022

JENNE ANDRADE

Em um ano marcado pela guerra na Ucrânia e eleições presidenciais no Brasil, o Ibovespa não conseguiu superar a **inflação**. Nos últimos 12 meses, quem investiu na carteira perdeu até mesmo para a poupança. O principal índice da B3 terminou 2022 com valorização acumulada de 4,69%, abaixo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 5,9% até novembro, e da Poupança, que acumula retorno de 7,9%.

Esses números marcam o fim de um ano repleto de excepcionais e frustrações no mercado. "A renda variável foi o grande lamento do investidor no ano. Muitas quedas e perdas foram constatadas", diz o sócio da Matriz Capital, Fabiano Braun.

Durante o primeiro trimestre, o Ibovespa se descolou do exterior e subiu 14%. Nem mesmo o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, em fevereiro, conseguiu abalar a trajetória da Bolsa brasileira. O entendimento na época era de que o País se beneficiava da situação.

O fluxo de investimento estrangeiro aumentou. Somente entre janeiro e março, os gringos deixaram R\$ 69 bilhões por aqui. O conflito bélico também fez subir os preços das commodities.

"A guerra entre Ucrânia e Rússia manteve o petróleo muito alto ao longo do ano, sempre acima dos US\$ 70 o barril, em alguns momentos chegando a negociar até acima dos US\$ 100", diz João Abdou-ni, analista da Inv. Reflexo desse movimento pode ser verificado na alta de 80% nas ações da Prio, segundo levantamento da Ágora Investimentos.

A alta do petróleo também beneficiou as ações da maior estatal brasileira: a Petrobras. Os papéis da empresa subiram 47,2% no ano. A valorização só não foi maior porque os papéis sofreram desde outubro com o fim das eleições que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva.

"Apesar dessa forte alta, as ações devem apresentar maior volatilidade no curto prazo em função das incertezas geradas com possíveis mudanças nas diretrizes da companhia, com eventual revisão do plano de investimentos, política de distribuição dos

dividendos, entre outros", destaca a Ágora.

No último pregão do ano, a possibilidade de alteração no Preço de Paridade de Importação (PPI) no novo governo prejudicou as ações da estatal, que encerraram o dia com queda de 1,40% - desempenho que fez os papéis saírem da lista das 5 maiores altas do Ibovespa no ano, encerrando 2022 com a sexta maior valorização.

Correndo por fora da tese de commodities, as outras duas ações que integram o Top 3 do Ibovespa no ano são de empresas que vinham registrando quedas, mas que em 2022 conseguiram se recuperar: Cielo e BB Seguridade.

LÍDER. Disparada como a campeã de 2022, a Cielo subiu 140,4% - o melhor ano da companhia na Bolsa de Valores desde seu IPO. Entre os motivos que colaboraram para a alta expressiva estão a melhora operacional da companhia e o momento mais difícil para as finte-chs concorrentes, que permitiu que a Cielo recuperasse o espaço de mercado perdido nos últimos anos.

As ações da BB Seguridade subiram 74,8%. O chefe de análise de ações da Órama, Phil Soares, destaca que, no geral, o ano foi positivo para todas as seguradoras, que conseguem surfar a alta de juros. Em 2022, a Selic saiu de 9,25% para 13,75% ao ano. "Todo o setor de seguros subiu, mas BB Seguridade, especificamente por ser muito exposta a agro, está indo muito bem dado o boom do preço das commodities esse ano", diz Soares.

PPI

Possibilidade de mudança na política de preços da Petrobras tiraram estatal do 'top 5' de 2022

Indicadores de confiança devem oscilar em 2023, projeta FGV Ibre

Rafael Rosas Do Rio

As perspectivas econômicas de curto prazo, ainda envoltas em incertezas inerentes à formação e atuação do novo governo, devem fazer os índices de confiança do comércio e de serviços oscilarem em torno dos atuais patamares nos primeiros meses de 2023. A afirmação é de Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), para quem os atuais níveis de ambos os índices estão baixos e refletem o cenário de juros altos, renda baixa e **inflação** ainda relevante.

Em dezembro, o índice de Confiança do Comércio (Icom) ficou estável em 87,2 pontos, depois de duas quedas seguidas, enquanto o índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 1,5 ponto, para 92,2 pontos, terceira queda seguida.

"Ambos [os índices] circulam ao redor dos 90 pontos e devem se estabilizar nesse patamar negativo nos próximos meses", diz Tobler ao lembrar que níveis abaixo de 100 pontos significam pessimismo por parte dos entrevistados. "Não deve ter aprofundamento da queda porque já caiu nos últimos dois meses. Claro que, com um fator novo, pode voltar a cair. Mas parece mais provável a manutenção do patamar baixo, mas estabilizado."

Tobler ressalta que os serviços vivem uma desaceleração depois de terem sido o último setor a se recuperar dos efeitos da pandemia. O economista lembra que questões como juros altos e o mercado de trabalho claudicante - com geração de vagas, mas rendimentos menores - causam impactos na confiança dos serviços.

O economista diz que essa tendência de confiança baixa deve continuar ao menos no primeiro trimestre de 2023, até que sejam resolvidas as principais incertezas que envolvem o terceiro governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. "Os juros continuarão altos e o cenário permanecerá desafiador. Os serviços, no quarto trimestre deste ano, não conseguiram ficar imunes a isso", diz.

Em dezembro, ficou clara a piora relativa à percepção da situação atual do setor de serviços. Dentro do ICS, o índice de Situação Atual (ISA-S) caiu 2,6 pontos, para 94,3 pontos, menor nível desde os 90,9 pontos

de março. Esse resultado foi influenciado tanto pela piora do indicador que mede o volume de demanda atual, que recuou 2,8 pontos, para 93,8 pontos, quanto do indicador da situação atual dos negócios, que caiu 2,3 pontos, para 94,8 pontos. Ambos retomaram ao menor nível desde março.

Do lado das expectativas, o índice de Expectativas (IE-S) cedeu 0,6 ponto, para 90,1 pontos, menor nível desde abril de 2021, quando marcou 88,7 pontos. Os dois componentes do índice também caíram: o indicador que mede a demanda prevista nos próximos três meses variou -0,3 ponto, para 91,2 pontos, e o indicador de tendências dos negócios nos próximos seis meses recuou 0,8 ponto, para 89,2 pontos. No geral, os 92,2 pontos marcados pelo ICS em dezembro representam o menor nível desde fevereiro de 2021 (89,2).

Do lado do comércio, Tobler observou que a queda no indicador de confiança ao longo do ano começou em julho, com uma melhora em setembro, fruto direto das deflações causadas pelas desonerações promovidas pelo governo e do pagamento do Auxílio Brasil. Depois, voltou a cair como consequência das mesmas questões que afetaram os serviços. "O comércio é afetado pelos juros altos, que dificultam as vendas. A **inflação** também afeta, principalmente nos alimentos.", frisa Tobler.

Os 87,2 pontos do Icom em dezembro representam o menor patamar desde os 85,9 pontos de abril. Dentro do indicado, o índice de Situação Atual (ISA-COM) recuou 1 ponto para 88,7 pontos, menor desde os 87,6 pontos de março. Os dois indicadores que compõem o ISA-COM também tiveram queda no mês: o volume de demanda atual caiu 1,2 ponto e a situação atual dos negócios 0,7 ponto. Já o índice de Expectativas (IE-COM) avançou 0,9 ponto, para 86,1 pontos, influenciado pela melhora do indicador que projeta a tendência dos negócios seis meses a frente, que subiu 2,8 pontos para 89,8 pontos. No curto prazo, as vendas previstas não se mostram otimistas. O indicador recuou 0,9 ponto para 82,8 pontos, o menor patamar desde março de 2021.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Cenário fiscal difícil sugere atividade mais contida em 2023



Marcelo Osakabe e Marsílea Gombata De São Paulo

A tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e as expectativas em torno da equipe de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva desencadearam forte piora das perspectivas fiscais nesse fim de ano. Economistas passaram a prever maior **inflação** e abandonaram a perspectiva de redução da taxa básica de juros em meados de 2023 - o cenário base agora é que os juros baixem apenas no fim do ano ou até depois disso. Apesar de as projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano que vem terem sofrido poucas revisões até o momento, analistas ainda debatem como se darão os efeitos da prometida expansão de gastos do novo governo sobre a economia.

A mediana das estimativas de 114 instituições financeiras e consultorias consultadas pelo Valor para o **PIB** de 2023 segue em 0,7%, mesmo patamar da última pesquisa, do fim de novembro. Nesse período, ao menos 20 casas rebaixaram suas projeções, refletindo maior preocupação com a questão fiscal e a perspectiva de que a taxa Selic demore mais para voltar a cair.

Outras 22 reviram para cima suas estimativas. Neste caso, houve contribuição da atualização do cálculo do **PIB** de 2020 e 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os valores atualizados implicaram uma herança estatística - isto é, assumindo taxa de variação anual nula - para as projeções de 2022 e 2023. A mediana das projeções para o crescimento neste ano passou de 2,8% para 3,0%.

Na Claritas, a projeção para 2023 foi recentemente rebaixada de 1,0% para 0,6%. "Enxergávamos que o Brasil já iria passar por desaceleração cíclica do crescimento por causa de dois vetores: o efeito defasado da política monetária, que é possível perceber nos números de concessão de crédito e inadimplência, e também pelo cenário global, com

[perspectiva de] recessão nos Estados Unidos, Europa e Reino Unido no ano que vem", diz a economista-chefe da Claritas, Marcela Rocha. "O Brasil é uma economia fechada, mas isso gera um menor crescimento das exportações, em um ambiente de condições financeiras mais apertadas."

Em contraposição a esse quadro, argumenta Marcela, havia apenas a perspectiva de uma safra agrícola recorde - com crescimento de 14,6% segundo projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou de 9,6%, de acordo com o IBGE-, bem como alguma recuperação da China, que está abandonando a política de covid zero. Mas o cenário acabou piorando desde a eleição.

"O tamanho da PEC da Transição assustou e o mercado tirou os cortes da Selic que estavam previstos para o ano que vem. Além de não bater nas condições financeiras, isso também já gerou um custo econômico, que é a piora das expectativas e o aumento das incertezas", diz. A Claritas, no entanto, ainda vê espaço para cortes na taxa básica de juros a partir do terceiro trimestre.

A promessa do novo governo de impulsionar, já no primeiro ano, os investimentos públicos, é vista com algum ceticismo. "É preciso ver se existe tempo hábil para se gastar ainda no próximo ano. Viabilizar investimento leva tempo, precisa de plano", diz Marcela Rocha. "De qualquer forma, acredito que o balanço ainda seria negativo. Dada a desaceleração já contratada até aqui, esse impulso dado pelo governo deve ser mais que compensado pelo aumento da incerteza."

Segundo Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, 2023 não terá nenhum grande setor puxando a atividade, mas a agropecuária pode dar uma contribuição positiva.

"Drivers de crescimento, como indústria e serviços, vão perdendo força no ano que vem. A nossa visão se mantém positiva pelo setor da agropecuária, que teve queda de 0,6% neste ano e deve crescer 3,1% no ano que vem", diz, ao se basear na prospecção de indicadores de safra e de atividade econômica na China, um dos principais destinos das exportações agrícolas brasileiras.

"Mas há a desconfiança em torno da questão fiscal, que pode implicar em um ciclo de Selic alto por mais tempo, o que pesa na atividade também. Será um ano bastante desafiador, sem muitas notícias positivas e tendo de tomar cuidado para não ficarem mais negativas", continua.

Quem também segue pessimista com a perspectiva do próximo ano é a ASA Investments. "Não revisamos nossa projeção de crescimento zero para o próximo ano a despeito de termos elevado a estimativa para 2022, que passou para 3%. O fato é que as condições financeiras são as mais contracionistas desde a crise 2015", diz o economista Leonardo Costa. "Sem alívio dos juros e com os índices de confiança piorando na margem, não descartamos uma recessão no primeiro semestre."

O balanço de riscos também se mostra negativo, continua Costa. "A depender de como se desenrola o projeto econômico do próximo governo, pode ocorrer um impacto negativo sobre as expectativas", afirma. "Além disso, o cenário externo promete ser bastante desafiador. Acreditamos que a economia americana vai desacelerar mais do que o atualmente projetado pela mediana. Não descartamos recessão por lá também."

Em relatório enviado a clientes recentemente, a LCA afirma que o "novo arranjo fiscal é a maior incógnita a condicionar 2023" e estima que serão necessários superávits primários até 2030 para que se estabilize a relação dívida/**PIB**.

"A discussão em torno da PEC da Transição reforçou a incerteza quanto à sustentabilidade fiscal prospectiva, por conta da dimensão de "estouro" do teto que admitirá. Ao lado disso, ainda não se tem clareza sobre qual será o arcabouço de regras fiscais que substituirá o teto de gastos, e tampouco quando ele será introduzido", diz o texto.

A consultoria estima que para a relação dívida/**PIB** se estabilizar ao longo do tempo demandará superávits primários de 1,0% a 1,5% do **PIB** entre 2024 e 2030. Para isso, alerta a LCA, será preciso tanto rever desonerações introduzidas em 2022, que geram perda de receita de 1,6% do **PIB** ao ano, como limitara evolução dos gastos primários.

Somando as medidas de estímulo lançadas pelo governo neste ano, a LCA espera crescimento de 2,9% do **PIB** em 2022. "O problema fica justamente para 2023. Esperamos queda de 0,3% no primeiro trimestre do ano, muito pela retirada de estímulos pontuais da eleição. A piora da confiança por questões fiscais e trimestres mornos em termos de atividade levará a um crescimento médio de 0,6% nos trimestres

seguintes, o que resultará em uma alta de 0,5% do **PIB** em 2023", afirma Donato. Ele alerta, contudo, que toda sinalização em torno da questão fiscal aponta para um viés negativo.

Armando Castelar, coordenador da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), afirma que em 2023 haverá um arrefecimento do que foi bom em 2022. E alerta para riscos advindos da incerteza fiscal.

"Há uma incerteza bastante grande em 2023.0 que vai acontecer com esse pacote fiscal não é trivial", diz. "No próximo ano teremos ainda juros altos segurando crédito, a construção civil que ajudou neste ano perdendo gás, e famílias mais endividadadas."

A expectativa é de menos impulso da demanda doméstica e um cenário de redução de juros menos provável. "2023 será mais difícil do que 2022. Em parte, porque estamos trabalhando perto do limite da capacidade. E o Banco Central está subindo juros para desacelerar a economia e controlar a **inflação**. O complicador é a política fiscal expansionista", diz Castelar. "De um lado, pisa-se no acelerador. De outro, no freio. E uma coisa atrapalhará a outra."

Perspectiva um pouco diferente tem José Carlos Carvalho, que chefia o departamento econômico da Vinci Partners.

"A maior parte do mercado está mais pessimista porque os juros estão muito elevados, tem a piora fiscal e tudo indica que o governo Lula pretende ampliar gastos", afirma Carvalho. "Só que gastar dinheiro é rápido, é como comer bala de açúcar e sair correndo. Os efeitos negativos chegam quando o Tesouro for rolar a dívida. Primeiro vem a fase de euforia, só depois vem o custo."

A Vinci tem uma projeção de **PIB** "perto de 2% para 2023, mas com chances de ser mais", diz o economista, a depender de como será implementada a política fiscal. Ele nota que, diante de um crescimento esperado de 3,2% em 2022, somente o carregamento estatístico para 2023 chega a 1 ponto porcentual. Carvalho espera que a expansão fiscal prometida pelo novo governo chegará através de alta do gasto corrente, em vez de investimento, e cita a expectativa de aumentos para o funcionalismo público, maiores despesas com saúde e algum avanço na questão da faixa de isenção do Imposto de Renda-ainda que mais modesta que os R\$ 5 mil prometidos pela campanha do PT.

"Existe um custo disso, mas a dívida que se cria é um custo para o futuro. No governo Dilma [Rousseff], levou um tempo para essa conta chegar", pondera.

A diferença entre essa transição e as demais, afirma, é que agora o Banco Central é independente. "Isso significa que vai existir alguma coerência de política nos próximos dois anos, o que faz o mercado manter a disciplina de acreditar na autoridade monetária. Mas também é algo que pode virar um risco à frente", alerta, ao lembrar que ao término do mandato do presidente do BC, Roberto Campos Neto, Lula irá indicar um novo nome, que pode não gozar da mesma credibilidade.

No banco Bocom BBM, a perspectiva com a atividade para 2023 também foi levemente rebaixada, de 1,6% para 1,5%, tendo em vista o debate sobre o futuro das contas públicas.

"Como o Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou, quando se tem uma economia bastante dinâmica, pressões fiscais transbordam para inflação, e a política monetária precisa responder a isso", diz a economista-chefe Cecilia Machado. "No curto prazo, pode haver algum descasamento entre os efeitos dessas políticas, de modo que a fiscal pode dar alguma sustentação maior à economia. No entanto, acredito que a monetária vai equilibrar esse jogo."

Apesar disso, Machado enxerga risco altista para a projeção, caso as perspectivas para a safra agrícola se concretizem. "O agro é o grande driver, mas também acaba tendo efeitos de transbordamento para outros setores, como equipamentos e serviços. Incorporando isso, é possível chegar a 1,6% [de crescimento no ano que vem]", diz. (Colaboraram: , Anais Fernandes e Marta Watanabe)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Freio de mão

Projeções para o crescimento do PIB - em %

Instituição	PIB 2022	PIB 2023	Instituição	PIB 2022	PIB 2023
A.C. Pastore & Associados	3,1	-0,2	Rio Bravo Investimentos	3,1	0,7
AZ Quest	3,0	-0,2	Suno Research	2,9	0,7
Parcitas Investimentos	3,0	-0,2	UBS BB	3,1	0,7
BNP Paribas Asset Management	3,0	-0,1	Modal	3,1	0,8
ASA Investments	3,0	0,0	Banco do Brasil	3,1	0,8
C6 Bank	2,8	0,0	Bradesco Asset Management (Bram)	3,0	0,8
Persevera	3,0	0,0	MCM Consultores	3,1	0,8
Trafalgar Investimentos	3,1	0,0	MUFG	3,0	0,8
Oxford Economics	3,0	0,0	Reach Capital	2,9	0,8
ABC Brasil	3,0	0,1	Santander	3,0	0,8
Bradesco BBI	3,0	0,2	Scotiabank	3,0	0,8
Ibre	3,0	0,2	SOMMA Investimentos	3,1	0,8
J.P. Morgan	3,0	0,2	Veedha Investimentos	3,0	0,8
Terra Investimentos	3,2	0,2	Western Asset	2,9	0,8
Apex Capital	3,0	0,3	Banco Alfa	3,0	0,9
Barra Peixe Investimentos	2,8	0,3	Bank of America	3,5	0,9
Citi	2,9	0,3	Galapagos Capital	3,2	0,9
Guide Investimentos	2,6	0,3	Itaú Unibanco	3,0	0,9
Sicredi	3,1	0,3	Kairós Capital	3,1	0,9
SulAmérica Investimentos	3,0	0,3	Reag Investimentos	3,0	0,9
Versa Asset	3,0	0,4	Sicredi Asset	3,2	0,9
Planner	2,5	0,4	Tendências Consultoria	3,1	0,9
RPS Capital	2,8	0,5	Acrefi	3,0	1,0
B.Side Investimentos	3,0	0,5	ARX Investimentos	2,5	1,0
Banco Original	2,9	0,5	Banco BV	3,0	1,0
BlueLine Asset	3,0	0,5	Banco Master	3,0	1,0
BNP Paribas	3,0	0,5	Barclays	3,1	1,0
BRCG	3,2	0,5	Bradesco	3,0	1,0
CM Capital Markets	2,7	0,5	Capital Economics	3,0	1,0
Fibra	3,2	0,5	Fator	3,0	1,0
Genoa Capital	3,0	0,5	Macro Capital	3,2	1,0
Infinity Asset	2,7	0,5	MB Associados	3,0	1,0
Inter	3,1	0,5	Mizuho	3,1	1,0
Itaú Asset Management	3,0	0,5	Neo Investimentos	3,1	1,0
LCA Consultores	2,9	0,5	Occam	3,1	1,0
MAG Investimentos	3,1	0,5	Ryo Asset	2,9	1,0
Novus Capital	3,3	0,5	Santander Asset Management	3,0	1,0
SM Managed Futures	2,8	0,5	XP	3,0	1,0
Toro Investimentos	3,0	0,5	BRP	2,8	1,1
Wealth High Governance (WHG)	3,2	0,5	Porto Investimentos	3,0	1,1
Wells Fargo	3,1	0,5	Kinitro Capital	3,1	1,2
Banrisul	2,8	0,6	Morgan Stanley	2,8	1,2
Principal Claritas	3,1	0,6	Petros	3,1	1,2
Rabobank	3,0	0,6	Société Générale	3,1	1,2
Paraná Banco	2,8	0,6	Deutsche Bank	2,9	1,4
4intelligence	3,0	0,7	Mirae Asset	3,2	1,4
ABBC	2,9	0,7	Pantheon Macroeconomics	3,0	1,4
Alphatree Capital	2,9	0,7	BOCOM BBM	2,9	1,5
Armor Capital	3,0	0,7	EQT Asset	3,2	1,5
Ativa Investimentos	2,8	0,7	Safra	3,2	1,5
Austin Rating	2,7	0,7	Troster & Associados	3,0	1,5
BTG Pactual	3,0	0,7	Bahia Asset	2,8	1,6
Coface	2,9	0,7	JGP	3,1	1,6
Credit Suisse	2,9	0,7	The Economist Intelligence Unit (EIU)	1,0	1,6
Genial Investimentos	3,0	0,7	Pezco	3,2	2,0
Medley Advisors	2,9	0,7	Vinci Partners	3,2	2,0
Nova Futura Investimentos	3,0	0,7			
Órama Investimentos	3,1	0,7			
Mediana	3,0	0,7			

Fonte: Instituições Financeiras e Consultorias

Com 37 pastas, Ministério fica sem empresários

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciará seu terceiro mandato acompanhado de um corpo de ministros que tem marcas contraditórias. Por um lado sua equipe se destaca pela diversidade conferida pelo número de mulheres, de negros e por, pela primeira vez, a Esplanada contar com uma indígena.

Por outro lado, Lula retoma uma tradição política pós-1988: a distribuição de ministérios para dirigentes partidários em troca de apoio no Congresso.

Jair Bolsonaro tentou subverter essa regra após ter sido eleito em condições muito particulares, sem uma aliança de partidos e com um discurso anti-política. Escolheu para postos-chave ministros sem conexão partidária, mas com discurso ideológico afinado de direita. Em pouco tempo, Bolsonaro renovou a equipe ministerial seguindo as condições acertadas no casamento com o Centrão.

"A diversidade passou a ser um elemento a mais na composição da equipe, não apenas na composição do primeiro escalão do novo governo, mas também para o segundo escalão. É uma demanda da sociedade que não era tão forte no primeiro mandato de Lula", avalia Bruno Carazza, colunista de Política do Valor. Mas Carazza aponta que, a despeito da diversidade atual, a composição do novo ministério guarda semelhanças ao de 2003, quando o Lula fazia sua estreia na Presidência.

Assim como há 20 anos, o PT está no controle da economia, da articulação política e de pastas da área social, diz ele. Ainda que o Ministério da Saúde fique a cargo da médica Nísia Trindade, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a avaliação é que as políticas da pasta estarão bem alinhadas com receitas petistas.

Ao distribuir ministérios de outras áreas para partidos, Lula fez o movimento esperado e necessário, no cenário brasileiro, com vistas a levar adiante pautas importantes, avalia Sérgio Praça, professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Há outro aspecto que chama atenção na equipe

ministerial que Lula terminou de anunciar na tarde de quinta-feira: a ausência de representantes do setor empresarial.

Em seu primeiro mandato o petista havia escalado nomes de destaque da iniciativa privada: Roberto Rodrigues, na Agricultura; Luís Fernando Furlan, na Indústria; Walfrido dos Mares Guia, no Turismo, e José Alencar, na Vice-Presidência.

Sérgio Praça avalia que, desta vez, talvez o setor empresarial tenha se mostrado menos interessado em aderir ao governo, esperando para saber qual será a linha da política econômica a ser adotada.

Lula tentou o empresário Josué Gomes da Silva, filho de José Alencar, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Josué declinou e Alckmin ficou com a vaga.

Entre os ministros, dois são vistos como presidenciáveis em 2026: Fernando Haddad e Simone Tebet. Defensores de agendas econômicas que tem pontos de vistas diferentes, os dois ministros terão a missão de trabalhar juntos para impulsionar o crescimento econômico ajudar a segurar a **inflação** e promover o desenvolvimento social, lembra Carazza.

Sérgio Praça, da FGV, diz não ter uma visão muito otimista sobre a capacidade de os dois trabalharem em harmonia por muito tempo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Esplanada de Lula

Dos 37 ministérios, PT ficará com dez; MDB, PSB, União e PSD terão três cada



Fazenda - Fernando Haddad (PT)

Formado em Direito, com mestrado em Economia e doutorado em Filosofia pela USP. É professor universitário. Foi ministro da Educação nos governos Lula e Dilma e prefeito de São Paulo. Em 2018, disputou pelo PT o segundo turno das eleições presidenciais e neste ano, o governo de São Paulo. Tido como presidenciável em 2026.



Justiça e Segurança Pública - Flávio Dino (PSB)

Ex-governador do Maranhão, filiado ao PSB, Dino é um dos nomes de confiança de Lula. Terá a missão de promover diálogo do Executivo com o Judiciário e lidar com as forças policiais. Formado em Direito, foi professor universitário e magistrado. Eleito senador neste ano. Uma de suas primeiras ações será revisar decretos sobre armas de fogo.



Indústria e Comércio - Geraldo Alckmin (PSB)

Vice-presidente eleito e ex-governador de São Paulo por quatro mandatos. Médico anestesiológico, foi fundador do PSDB, partido onde esteve por 33 anos. Em 2021, trocou a legenda pelo PSB, onde teve o apoio de Márcio França para a dobradinha com Lula este ano. Alckmin atuou como coordenador-geral do gabinete de transição.



Casa Civil - Rui Costa (PT)

Governador da Bahia por dois mandatos e homem do círculo próximo de Lula. Deve dar à Casa Civil um perfil mais técnico e pragmático, com foco na execução de obras pelo país. Está no PT desde a fundação do partido e participou do movimento sindical dos petroleiros. Formado em Economia, foi também vereador e deputado federal.



Planejamento - Simone Tebet (MDB)

Senadora pelo Mato Grosso do Sul, ficou em terceiro lugar na disputa presidencial e apoiou Lula no segundo turno. No Planejamento, será uma das vozes nas discussões sobre a regra fiscal que substituirá o atual teto de gastos. É vista como possível interlocutora junto aos parlamentares. É tida como presidenciável em 2026.



Alexandre Padilha (PT)
Relações Institucionais

Médico infectologista e deputado federal por São Paulo. Foi ministro das Relações Institucionais no segundo mandato de Lula e da Saúde sob Dilma Rousseff. Durante a gestão de Fernando Haddad na cidade de São Paulo, foi secretário de Relações Governamentais e, depois, secretário de Saúde.



Camilo Santana (PT)
Educação

Governador do Ceará por dois mandatos e senador eleito pelo Estado. Foi aliado de Ciro e Cid Gomes, mas rompeu este ano com os irmãos. A marca de seu governo no Ceará foi a melhora em indicadores de educação, com escolas de tempo integral. No cargo, enfrentou em 2020 um motim de policiais militares.



José Múcio Monteiro
Defesa

Presidiu o Tribunal de Contas da União e foi ministro da Articulação Política. Circula entre políticos da direita e da esquerda e tem respeito dos militares. Formado em Engenharia, foi prefeito de Rio Formoso (PE) e deputado federal por cinco mandatos. Terá a missão normalizar o clima nos quartéis.



Luciana Santos (PCdoB)
Ciência e Tecnologia

Vice-governadora de Pernambuco e presidente nacional do PCdoB. Formada em Engenharia Elétrica, foi deputada estadual, prefeita de Olinda e secretária estadual de Ciência e Tecnologia na gestão de Eduardo Campos (PSB) no Pernambuco. Foi deputada federal. Seu nome recebeu elogios por cientistas e pesquisadores.



Marina Silva (Rede)
Meio Ambiente

Ex-ministra do Meio Ambiente nos dois primeiros mandatos de Lula, é reconhecida internacionalmente na área e sua escolha marca a quinada que o futuro governo promete nas políticas ambientais. A demora das gestões políticas adiou sua oficialização. Ex-senadora, foi eleita nesta eleição deputada federal por São Paulo.



Nísia Trindade
Saúde

Doutora em Sociologia e professora da UERJ, foi a primeira mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cargo que ocupa desde 2017. A gestão dela foi marcada pelo enfrentamento à pandemia. A instituição teve protagonismo com a produção de vacinas e com estudos que orientaram políticas públicas.



Wellington Dias (PT)
Desenvolvimento Social

Senador eleito e governador do Piauí por quatro mandatos. Quadro histórico do PT e político da confiança de Lula, foi vereador de Teresina, deputado estadual e deputado federal. Como governador, presidiu o Consórcio do Nordeste e pressionou Jair Bolsonaro pela compra de vacinas contra a covid-19.

Alexandre Silveira (PSD)
Minas e Energia

Indicado pelo PSD, foi relator da PEC da Transição no Senado. Formado em Direito, foi delegado da Polícia Civil-MG, deputado federal, diretor-geral do DNIT no primeiro mandato de Lula e secretário estadual. Foi um dos coordenadores da campanha de Lula no Estado. Está no fim do mandato de senador. Comandará a Pasta que tem sob sua estrutura a Petrobras

Ana Moser
Esporte

Ex-jogadora de vôlei e uma das estrelas da seleção brasileira nos anos 80 e 90. É uma das fundadoras do movimento "Esporte pela Democracia". Integrou o grupo de esporte no gabinete de transição. Na campanha deste ano, participou de debates sobre a área de esporte. A indicação é considerada uma escolha pessoal de Lula.

Anielle Franco
Igualdade Racial

Jornalista, escritora, professora e ativista. É mestrandista em Relações Étnico-Raciais. É irmã de Marielle Franco, vereadora do Psol executada a tiros no Rio em 2018, junto com seu motorista. O crime ainda não foi esclarecido. Coordena a ONG Instituto Marielle Franco, voltada a fortalecer mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ e periféricas.

André de Paula (PSD)
Ministério da Pesca

Deputado federal eleito por Pernambuco, foi vereador, deputado estadual e secretário estadual. Tentou o Senado nesta eleição, mas não se elegeu. A Pasta, que atualmente está no Ministério da Agricultura, foi recriada. A indicação, feita pelo PSD da Câmara, faz parte das ações para garantir governabilidade.

Carlos Fávaro (PSD)
Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Produtor rural do Mato Grosso, foi vice-presidente da Aprosoja, vice-governador do Estado e é senador. Fará a interlocução com o agronegócio e terá como missão melhorar a imagem do país no setor. Tem apoio de dois dos maiores produtores agrícolas do país, os grupos Maggi e Bom Futuro, mas enfrenta resistência da Aprosoja.

Carlos Lupi (PDT)
Previdência

Presidente nacional do PDT, assumiu a sigla em 2004, após a morte de Brizola. Foi ministro do Trabalho nas gestões Lula e Dilma; entrou em 2007 e deixou o cargo em 2011, sob acusação de envolvimento em irregularidades. A Comissão de Ética Pública da Presidência recomendou sua saída. Apoiou Lula no segundo turno.

Cida Gonçalves
Mulheres

Especialista em gênero e violência contra a mulher, foi secretária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres nos governos de Lula e Dilma. Ajudou a fundar e coordenar no Mato Grosso do Sul a Central dos Movimentos Populares. É consultora em políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica.

Daniela do Waguiinho (União)
Turismo

Deputada federal mais votada do Rio, é mais conhecida como Daniela do Waguiinho em referência ao marido Waguiinho, prefeito de Belford Roxo (RJ) e presidente do União Brasil no Estado. Evangélica, apoiou Lula em uma região dominada pelo bolsonarismo e ficou próxima de Janja.

Esther Dweck
Gestão

Doutora em Economia e professora da UFRJ, é profunda conhecedora de finanças públicas. Atuou na gestão Dilma. Foi chefe da assessoria econômica e secretária de orçamento federal do Ministério do Planejamento. Ocupou a subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil.

Jader Barbalho Filho (MDB)
Cidades

Dirigente do União Brasil, é deputado federal, médico e empresário. É aliado do senador Davi Alcolumbre (União-AP). Atuou para manter o orçamento secreto e dobrar recursos públicos para campanhas. Ficará responsável pela política de telecomunicações, radiodifusão e pelos Correios.

Jorge Messias
Advocacia Geral da União

Formado em Direito, trabalhou no Banco Central e no BNDES. Nos governos de Dilma Rousseff, atuou como consultor jurídico e, depois, como subchefe de assuntos jurídicos. Ficou nacionalmente conhecido como "Bessias", por causa de uma escuta telefônica vazada no âmbito da Operação Lava-Jato durante a gestão Dilma.

Juscelino Filho (União)
Comunicações

Dirigente do União Brasil, é deputado federal, médico e empresário. É aliado do senador Davi Alcolumbre (União-AP). Atuou para manter o orçamento secreto e dobrar recursos públicos para campanhas. Ficará responsável pela política de telecomunicações, radiodifusão e pelos Correios.

Luiz Marinho (PT)
Trabalho

É um dos fundadores do PT e, nos primeiros mandatos de Lula, foi ministro do Trabalho e chefe, depois, a Previdência Social. Luiz Marinho também foi prefeito de São Bernardo do Campo (SP), por dois mandatos. Ele tem sido um dos defensores de mudanças na reforma trabalhista, aprovada no governo Temer. Eleito deputado federal por São Paulo.

Márcio França (PSB)
Portos e Aeroportos

Ex-governador de São Paulo e dirigente nacional do PSB, foi um dos principais articuladores da chapa Lula-Alckmin. Foi vereador em São Vicente, no litoral paulista, prefeito por dois mandatos, deputado federal e vice-governador. Neste ano, Márcio França tentou, sem sucesso, se eleger senador por São Paulo, na chapa de Fernando Haddad.

Márcio Macêdo (PT)
Secretaria-Geral

Vice-presidente nacional do PT e deputado federal. Biólogo, foi superintendente do Ibama em Sergipe e secretário do Meio Ambiente no Estado. Entre 2015 e 2020 foi tesoureiro da sigla. Coordenou caravanas de Lula e foi do núcleo duro da campanha. Ocupará o cargo muito próximo a Lula e despachará no Palácio do Planalto.

Marco Edson Gonçalves Dias
Gabinete de Segurança Institucional

General da reserva, conhecido como G.Dias, foi secretário de Segurança da Presidência da República do governo Lula e chefe da Coordenadoria de Segurança Institucional de Dilma. A Pasta, responsável pela coordenação da área de inteligência do governo, ficará no Palácio do Planalto e se reportará diretamente ao presidente.

Margareth Menezes
Cultura

Cantora há 30 anos e ativista da cultura e da luta antirracista. Fundadora da Associação Fábrica Cultural e do Movimento Afropop Brasileiro. Após um estrangulamento durante a gestão Bolsonaro, o ministério, sob Margareth, terá orçamento recorde em 2023, com mais de R\$ 10 bilhões. Um dos reforços no financiamento virá da Lei Paulo Gustavo.

Mauro Vieira
Relações Exteriores

Diplomata experiente e bacharel em Direito, foi ministro das Relações Exteriores no governo Dilma Rousseff e embaixador do Brasil em Buenos Aires e em Washington. Diz que o PAE precisa estreitar as relações com os EUA, China e com a UE. Mauro Vieira comandou a missão brasileira na Croácia e representou o Brasil na ONU.

Paulo Pimenta (PT)
Secretaria de Comunicação

Deputado federal eleito pelo Rio Grande do Sul, é jornalista e foi indicado pela presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann. Foi senador, deputado estadual e vice-prefeito de Santa Maria (RS). Crítico da imprensa, acusou meios de comunicação de "cumplicidade" com o presidente e questionou se Bolsonaro realmente levou uma facada em 2018.

Paulo Teixeira (PT)
Desenvolvimento Agrário

Deputado federal há quatro mandatos consecutivos por São Paulo, foi reeleito neste ano. É vice-presidente nacional do PT e integra uma corrente minoritária do partido. Foi vereador, deputado estadual e secretário municipal em São Paulo. Cuidará de políticas públicas relacionadas com a agricultura familiar e alimentação saudável.

Renan Filho (MDB)
Transportes

Ex-governador de Alagoas, elegeu-se senador neste ano. Foi prefeito de Muriç (AL) e deputado federal. É filho do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que apoiou Lula no primeiro turno. Economista, ficará responsável pelas políticas nacionais de trânsito e de transportes ferroviário e rodoviário.

Silvío Almeida
Direitos Humanos

Advogado, formado em Filosofia, doutor em Direito pela USP, escritor e professor. É conhecido pelo seu ativismo no debate racial e em prol dos direitos humanos. É professor na Universidade Mackenzie e na Fundação Getúlio Vargas. Também preside o Instituto Luiz Gama.

Sonia Guajajara (PSol)
Povos Originários

Deputada federal eleita por São Paulo, é uma liderança indígena reconhecida dentro e fora do país. Fez inúmeras denúncias a entidades internacionais sobre violações de direitos dos povos indígenas no Brasil. Em 2018, foi candidata a vice-presidente na chapa de Guilherme Boulos.

Vinícius Marques de Carvalho
Controladoria Geral da União

Ex-presidente do Cadê. Advogado com doutorado pela USP em direito comercial e professor da área na mesma universidade. Trabalhou por onze anos no governo federal, nas gestões do PT. Foi chefe de gabinete do Secretário Especial de Direitos Humanos.

Waldez Góes (PDT/União)
Integração e Desenvolvimento Regional

Está filiado ao PDT, mas deve migrar para o União Brasil e ajudar a costurar a adesão do partido à base do governo. Indicação foi articulada pelo senador Davi Alcolumbre. É governador do Amapá e foi condenado à prisão pelo STJ por peculato, em 2019. O STF suspendeu a decisão e ainda julga o caso.

Ibovespa oscila e tem pouco avanço em 2022



Cardoso, do Santander: guerra na Ucrânia exacerbou alta das commodities

global, furos no teto de gastos, eleição presidencial no Brasil e o enfrentamento da covid-19 pelo governo chinês.

Na máxima anual, registrada no dia 1o de abril, o índice avançou 15,9% em moeda local, aos 121.570 pontos. Pouco mais de três meses depois, no dia 14 de julho, mergulhou para o menor patamar do ano, aos 96.121 pontos, queda de 8,30% em relação ao fechamento da última sessão de 2021. Em termos trimestrais e em dólar, segundo aponta o Valor Data, o Ibovespa saltou 34,84% nos primeiros três meses do ano (contra queda de 7,32% do MSCI Emergentes); perdeu 25,72% no segundo (-12,36%); recuperou 8,18% no terceiro (-12,48%) e ganhou 3,34% no quarto (+9,33%).

O início e o fim do ano de 2022, no que diz respeito ao Ibovespa, têm semelhanças, apesar do destaque marginal ante pares emergentes e desenvolvidos. Valuations descontados, empresas ligadas às commodities com performance superior às ligadas à economia local e um otimismo maior por parte do investidor estrangeiro em relação ao institucional doméstico - os players internacionais aportaram R\$ 99,53 bilhões no segmento secundário da B3 até o dia 27 de dezembro, enquanto os fundos brasileiros sacaram R\$ 140,97 bilhões no período. Durante o ano, no entanto, houve muita volatilidade, principalmente por conta de fatores que extrapolam os resultados das empresas listadas.

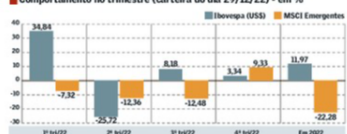
Aline Cardoso, estrategista institucional de ações para o Brasil do Santander, lembra que o cenário de **inflação** elevada do primeiro trimestre já era propício para o avanço das commodities, o que foi exacerbado com a guerra entre Rússia e Ucrânia. O período marcou o maior fluxo de entrada do investidor estrangeiro na B3, "já que, além do movimento de alta das commodities e do posicionamento avançado do país em termos de aperto monetário, houve redistribuição dos fundos de emergentes porque a Rússia ficou 'ininvestível'". Nessa linha, o referencial alcançou seu maior patamar anual no dia 1o de abril: 121.570 pontos.

"Os preços das commodities subiram, isso realimentou a **inflação**, e havia expectativa de que a China reabriria rapidamente e as commodities se valorizariam ainda mais - acabou não reabrindo até hoje", acrescenta Fernando Bresciani, analista de investimentos do Andbank. Ele lembra que, entre janeiro e março de 2022, as ações voltadas ao

Desempenho do Ibovespa ao longo do ano

Inflação, guerra, aperto monetário e outros fatores influenciaram o índice

Comportamento no trimestre (carteira do dia 29/12/22) - em %



As melhores de 2022

Trimestre	Ranque	Papel	Código	Variação (%)
1º Trimestre	1	CARREFOUR BR ON	CRFB3	47,7
	2	B3 ON	B3SA3	43,2
	3	HYPERA ON	HYPE3	37,9
2º Trimestre	1	ELETRORAS PNB	ELET6	29,4
	2	ELETRORAS ON	ELET3	23,9
	3	CIELO ON	CIEL3	21,4
3º Trimestre	1	POSITIVO INF ON	POSI3	124,3
	2	MAGAZINE LUIZA ON	MGLU3	91,5
	3	VIA ON	VIAA3	66,3
4º Trimestre	1	CSN MINERAÇÃO ON	CMIN3	38,1
	2	PETRO RIO ON	PRIO3	35,2
	3	BRADESPAR PN	BRAP4	32,9

As piores de 2022

Trimestre	Ranque	Papel	Código	Variação (%)
1º Trimestre	1	EMBRAR ON	EMBR3	-39,7
	2	ALPARGATAS PN	ALPA4	-29,3
	3	LOCWEB ON	LWSA3	-23,3
2º Trimestre	1	MAGAZINE LUIZA ON	MGLU3	-65,7
	2	AMERICANAS ON	AMER3	-58,9
	3	CVC BRASIL ON	CVCB3	-58,2
3º Trimestre	1	VAR BRASIL PESSOAGUOS ON	TRBR3	-45,8
	2	BRASKEM PNA	BRKM5	-29,5
	3	SÃO MARTINHO ON	SMTO3	-29,0
4º Trimestre	1	AMERICANAS ON	AMER3	-43,2
	2	MAGAZINE LUIZA ON	MGLU3	-38,8
	3	MRV ON	MREV3	-38,8

Fontes: B3, MSCI e Valor Data. Elaboração: Valor Data.

Matheus Prado e Augusto Decker

A alta de 4,69%, aos 109.735 pontos, acumulada pelo Ibovespa em 2022 revela pouco sobre as fortes oscilações e mudanças de trajetória vividas pelo mercado acionário local durante o ano, com narrativas ora positivas, ora negativas direcionando a performance de forma distinta em cada um dos quatro trimestres. Assim, diversas ações que compõem o referencial iniciaram e encerraram o ano com "valuation" descontado, penalizadas por fatores macroeconômicos como **inflação**, a guerra entre Rússia e Ucrânia, os ciclos de aperto monetário local e

mercado interno sofreram, mas que as commodities, que têm peso relevante no Ibovespa, conseguiram compensar. "Estávamos com **inflação**, juros subindo, e se safou quem tinha na carteira commodities e utilities." No entanto, a imposição de lockdowns na China freou o impulso das metálicas no segundo trimestre, e mudanças no comando da Petrobras, com a saída do general Joaquim Silva e Luna da presidência da empresa e a manutenção de José Mauro Ferreira Coelho por pouco mais de dois meses no cargo, impediram um avanço maior da estatal, mesmo com o Brent se mantendo acima do patamar de US\$ 100 no período. A Eletrobras, por outro lado, impediu uma queda ainda maior do índice, refletindo o seu processo de capitalização.

"O movimento positivo foi revertido no segundo trimestre, com a China entrando em lockdown enquanto o setor de construção civil do país colapsava. Localmente, houve ainda incertezas fiscais, mudanças de comando na Petrobras e até uma tentativa de alteração da Lei das Estatais por parte do Bolsonaro, enquanto o petróleo operava nas máximas", aponta Anand Kishore, gestor da Daycoval Asset.

A PEC "das bondades" ou "kamikaze", que turbinou benefícios sociais antes da eleição, começou a tramitar e estressou a curva de juros, prejudicando as ações ligadas à economia local. Em 14 de julho, a medida seria aprovada pelo Congresso, permitindo ao governo R\$ 41,25 bilhões em gastos extra-teto. Naquele dia, o Ibovespa fechou com sua pior pontuação no ano, 96.121 pontos, com setores exportadores e locais sofrendo ao mesmo tempo.

Os preços retletiam naquela altura, um cenário fortemente negativo, o que permitiu uma nova inversão no humor do investidor após a primeira e mais forte queda do IPCA do ano, registrada no mês de julho e divulgada em agosto (-0,68%). "A **inflação** começou a cair e voltou a animar os investidores, que passaram a precificar cortes na taxa básica de juros e a comprar o setor doméstico do Ibovespa, que estava extremamente descontado", afirma Cardoso, lembrando que havia uma perspectiva de avanço ainda mais firme para o índice pós-eleição.

Kishore acrescenta que, juntamente com as expectativas de corte de juros após a **inflação** local fazer pico, o aumento dos benefícios sociais fez com as empresas ligadas à economia doméstica registrassem performance acima das projeções dos analistas. "O BC subiu a Selic rapidamente e o mercado começou a precificar que a política monetária já faria efeito e permitiria cortes de juros no primeiro trimestre de 2023. Isso, somado ao estímulo ao consumo concedido pelo governo, impulsionou os

ativos", diz.

O processo eleitoral em si pouco fez preço até pouco antes do pleito, e investidores reagiram positivamente à eleição de um Congresso mais à direita e ao equilíbrio entre os dois principais candidatos à presidência no primeiro turno. Com a cor ica equilibrada, a Petrobras chegou inclusive a alcançar seu maior valor de mercado na história (cerca de R\$ 520 bilhões) a dias do segundo turno (dia 21 de outubro), com a possibilidade de uma virada do incumbente, o que não ocorreu.

"Depois da eleição, até tivemos uma semana com a bolsa em alta, refletindo um mercado local aquecido e alguns sinais positivos do exterior, como a **inflação** dos Estados Unidos fazendo pico e a tese de reabertura da China ganhando força. Mas a discussão doméstica, novamente fiscal, pesou. Uma nova abertura da curva de juros atingiu os investidores locais que tinham feito rotação para papéis domésticos e freou a empolgação dos investidores estrangeiros, que passaram a esperar por definições do governo eleito", diz a executiva do Santander.

Assim, o Ibovespa voltou a flertar com o patamar dos 100 mil pontos, sofrendo ainda contra o índice o forte processo de desvalorização do setor financeiro após o Bradesco mostrar piores da inadimplência e da qualidade de crédito no balanço do terceiro trimestre. Nos últimos pregões de 2022, a forte recuperação de mineradoras e siderúrgicas e a aprovação de uma PEC da Transição desidratada até ajudaram, mas o ganho foi limitado devido às incertezas ainda presentes.

Para Bresciani, é preciso haver previsibilidade para que a bolsa volte a andar. "Quando olhamos o mundo, sabemos que a China tem expectativa de reabertura a partir de março, mas o volume de casos de covid é alto e eles têm problemas de falta de hospitais. Nos Estados Unidos, talvez o pior da **inflação** tenha passado, mas na Europa todos têm medo de falta de gás e racionamento", diz o analista. "Pensando nesses eventos, se a política no Brasil andar bem, vamos atrair muito dinheiro, porque o mundo não tem muitas opções." Cardoso enxerga um primeiro semestre de 2023 mais difícil, com a economia diminuindo o ritmo e um possível aumento na carga tributária local. Na segunda parte do ano, entretanto, "o Fed pode parar de subir juros e ajudar as bolsas ao redor do mundo. Se o Brasil não entrar em crise fiscal, terá nova oportunidade para ganhar evidência", diz.

Site: <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impreso>

Dólar perde força no mercado global de câmbio

Chelsey Dulaney Dow Jones Newswires

O rali do dólar em 2022 deu ao mundo um lembrete da capacidade da moeda de infligir dor à economia global. Os investidores estão otimistas de que a força do dólar acabou. Até ontem, o dólar tinha subido 8,35% este ano, conforme medido pelo WSJ Dollar Index, que acompanha seu valor em relação a 16 outras moedas. Isso marcaria seu maior aumento anual desde 2014. O índice atingiu o pico no final de setembro, no nível mais alto desde 2001.

Mas o dólar está terminando o ano na defensiva, tendo recuperado cerca de metade de seus ganhos desde seu ponto mais alto, já que os investidores apostam que a **inflação** nos EUA está diminuindo.

A maioria dos investidores foi pega de surpresa pela força do dólar neste ano. A moeda já havia subido em 2021 com as expectativas de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) começaria a aumentar as taxas este ano para domar o que Wall Street acreditava ser um aumento temporário da **inflação**. Alguns investidores acharam que o dólar estava supervalorizado e prestes a cair.

Poucos esperavam que a **inflação** permanecesse tão teimosamente alta, ou que o Fed aumentasse as taxas em mais de quatro pontos percentuais no período de nove meses. O aumento das taxas impulsiona o dólar, atraindo investidores de todo o mundo para ativos dos EUA, como os títulos do Tesouro. A invasão da Ucrânia pela Rússia deu uma turbinada no dólar, com os investidores fugindo para ativos considerados seguros e um aumento nos preços da energia agravando as pressões inflacionárias.

"Sem a Rússia invadindo a Ucrânia, [um dólar fraco] teria sido a aposta correta" para 2022, disse Derek Halpenny, chefe de pesquisa para mercados globais na região europeia do banco japonês MUFG. "Essa foi a mudança relevante porque criou esse segundo choque inflacionário global que forçou o Fed a seguir o caminho que fez." Os efeitos da alta do dólar têm sido globais, ajudando a empurrar as moedas estrangeiras para níveis historicamente baixos. O euro rompeu a paridade com o dólar em julho. A libra esterlina atingiu em setembro seu ponto mais baixo em mais de 200 anos de negociação em relação ao dólar, enquanto o iene japonês caiu para

seu ponto mais fraco desde 1990.

"O dólar pode ser como um vórtice: quando começa a acumular poder, as coisas mais fracas são tomadas primeiro", disse Andrew Keirle, gerente global de portfólio de renda fixa da T. Rowe Price. "Quando essa força centrífuga cresce e cresce, eventualmente até mesmo os bons ativos começarão a se mover." As oscilações do dólar tendem a ser sentidas em todo o mundo por causa de seu papel como a principal moeda comercial e financeira. Sua alta tornou commodities como trigo e produtos americanos mais caros para compradores fora dos EUA. Isso aumentou a **inflação** em outros países e pesou nos negócios de empresas americanas que dependem de comércio exterior.

Em algumas nações pobres, a valorização da moeda foi devastadora. O Sri Lanka quase ficou sem dólares este ano, pois queimou suas reservas cambiais, já esgotadas pela pandemia, para pagar as importações de produtos básicos, como combustíveis e alimentos.

"Embora os principais mercados emergentes não tenham experimentado nada perto de uma crise, há uma crise mais silenciosa que atingiu muitas partes do mundo, especialmente várias economias de baixa renda que não costumam receber muita atenção", disse Eswar Prasad, professor de política comercial da Cornell University. "Para muitos, o aumento nos preços dos alimentos e das commodities, ambos denominados em dólares, foi um golpe." Um dólar mais forte também alimentou crises de dívida em alguns mercados emergentes, tornando seus passivos denominados na moeda dos EUA mais caros para pagar. A nação de Gana, na África Ocidental, tornou-se o último país a iniciar o processo de reestruturação neste mês, depois que uma venda violenta de sua moeda elevou o custo do serviço de suas dívidas em moeda estrangeira.

Muitos investidores estão esperançosos de que o dólar tenha atingido o pico. Stephen Jen, executivo-chefe da Eurizon SLJ Capital, espera que o dólar caia de 10% a 15% no próximo ano em relação aos principais pares, à medida que a **inflação** dos EUA desacelera e os investidores voltam a se concentrar nas "sérias falhas estruturais" da economia dos EUA, como os altos níveis de endividamento.

Steve Englander, do Standard Chartered, também acredita que o dólar enfraquecerá à medida que as perspectivas de crescimento para outras economias melhorarem. A reabertura da China deve alimentar as demais economias, enquanto as preocupações com a segurança energética da Europa recuem ao longo do ano que vem.

"No primeiro trimestre, esses pontos de interrogação serão removidos e isso acabará sendo positivo", disse Englander, chefe de pesquisa de câmbio do Grupo de Dez nações no banco.

Analistas do J.P. Morgan Chase são mais cautelosos ao falar sobre o fim da força do dólar e preveem que a moeda americana subirá mais 5% em relação aos principais parceiros comerciais no próximo ano. Eles acreditam que a demanda por dólares permanecerá resiliente à medida que os bancos centrais continuam a apertar a política e os riscos de recessão aumentam.

As perspectivas para as economias de baixa renda, mais afetadas pela valorização do dólar e pelo aumento dos custos dos empréstimos, permanecem sombrias. Muitos esgotaram os amortecedores cambiais este ano e permanecem excluídos dos mercados globais de crédito.

"Se o Fed parasse de aumentar as taxas e o dólar continuasse seu declínio gradual, isso tiraria alguma pressão das economias de baixa renda", disse Prasad, da Cornell University. "Mas muitos deles estão enfrentando circunstâncias tão difíceis em termos de financiamento de importações, em termos de perda de acesso a financiamento externo; será um ano muito difícil para eles, não importa o que aconteça."

Site: <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impresso>